

**RONILZE SANTIAGO GOMES DA SILVA**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES:  
UM ESTUDO DE CASO**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

**PORTO  
2018**



**RONILZE SANTIAGO GOMES DA SILVA**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES:  
UM ESTUDO DE CASO**



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO**

**PORTO  
2018**

**RONILZE SANTIAGO GOMES DA SILVA**

**EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES:  
UM ESTUDO DE CASO**

---

Atesto a originalidade do trabalho

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, na área de especialização em Administração Escolar e Educacional sob orientação do Professor Doutor Orlando Fragata.

## RESUMO

Esta dissertação fala sobre a educação não formal e a formação contínua de professores(as)/educadores(as) no contexto de uma ONG. Entendemos como educação não formal a atividade educacional intencional, organizada e sistemática, que ocorre fora do sistema formal. O conteúdo da revisão de literatura abrangeu conceitos e características da educação não formal, a constituição da educação não formal como campo de pesquisa, a educação não formal e as organizações da sociedade civil, os objetivos e resultados esperados das práticas pedagógicas não formais e a formação contínua de professores(as)/educadores(as) que atuam neste campo. A investigação é do tipo exploratório e descritivo em um enfoque qualitativo. A metodologia estudo de caso teve como objetivo conhecer práticas formativas vivenciadas no contexto da ONG Visão Mundial. A análise foi feita a partir dos seguintes eixos temáticos: i. caracterização dos professores (as) /educadores(as) da educação não formal; ii. concepção de educação não formal iii. formação contínua de professores(es)/educadores(as) na educação não formal; iv. teorias e metodologias subjacentes às práticas formativas na educação não formal. Os resultados e discussão dos dados apresentam saberes sistematizados para embasamento de práticas formativas de professores na educação não formal como também dar subsídios para novas investigações sobre o tema.

**Palavras-chave:** Educação não formal, Formação de professores, Educação em ONG.

## **ABSTRACT**

This dissertation talks about non-formal education and the ongoing training of teachers / educators in the context of an NGO. We understand as non-formal education the intentional, organized and systematic educational activity that occurs outside the formal system. The content of the literature review covered concepts and characteristics of non-formal education, the constitution of non-formal education as a field of research, non-formal education and civil society organizations, objectives and expected outcomes of non-formal pedagogical practices and training of teachers / educators who work in this field. Research is exploratory and descriptive in a qualitative approach. The case study methodology had as objective to know the formative practices experienced in the context of the NGO World Vision. The analysis was made from the following thematic axes: i. characterization of non-formal education teachers / teachers; ii. non-formal education design iii. continuing education of teachers / educators in non-formal education; iv. theories and methodologies underlying the training practices in non-formal education. The results and discussion of the data present systematized knowledge to support teachers' training practices in non-formal education, as well as to provide subsidies for further research on the subject.

**Keywords:** Non-formal education, Teacher training, NGO education.

## **DEDICATÓRIA**

Ao Deus Trino, supremo criador e fonte de todo saber, toda glória e honra.

A todas as pessoas: família, parentes, mestres, colegas de sala de aula, colegas de trabalho, líderes religiosos e irmãos na fé, alunos e amigos, tanto os que fizeram como os que fazem parte da construção dos meus saberes e da minha história através da educação informal, educação formal e educação não formal.

## **AGRADECIMENTOS**

A Jaelson, meu querido esposo por se unir a mim nesta jornada, juntamente com nossos filhos, João Marcos e Pedro Augusto.

À Visão Mundial, especialmente Pra. Simeia Meldrum e professora Andrea Freire, pelo espaço aberto e colaboração na realização desta investigação. A todos os participantes 33meu muito obrigado.

À Universidade Fernando Pessoa na pessoa do seu reitor, corpo docente, funcionários e colegas, pelo acolhimento e parceria na construção dos saberes aqui sistematizados.

Ao meu orientador, Dr. Orlando Fragata, pela orientação dedicada e paciente.

À minha mãe querida, Rita Santiago, pelas orações incessantes.

A todos quanto direta ou indiretamente contribuíram para produção deste trabalho.

## ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
DEDICATÓRIA .....	vii
AGRADECIMENTOS .....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	xii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	xiii
ÍNDICE DE QUADROS .....	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
INTRODUÇÃO .....	1
1. Contextualização e Pressupostos da Investigação .....	1
2. Problemática, Questões da Investigação e Objetivos .....	2
3. Relevância e Contribuição da Investigação.....	2
4. Orientação Metodológica .....	3
5. Estrutura do Trabalho .....	3
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL .....	6
1.1. Educação não formal - Conceituação e Características .....	6
1.1.1. Conceituação .....	6
1.2.1. Características.....	9
1.2. Educação não formal – Fatores de Desenvolvimento do Campo de Pesquisa .....	10
1.3. Educação não formal – Campos e Espaços de Atuação .....	14
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL .....	16
2.1. Educação como Direito.....	16
2.2. Educação não formal e as ONG.....	17
2.2.1. Contexto histórico das ONG no Brasil .....	17
2.3. Propostas educacionais nas ONG, objetivos e possíveis resultados .....	19
CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO NÃO FORMAL - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	24
3.1. Práticas Pedagógicas em Contexto .....	24
3.2. Formação de Professores no Brasil .....	25

<b>3.3. Breves Considerações sobre Educação não formal e Formação Inicial de Professores .....</b>	<b>26</b>
<b>3.4. Educação não formal e Formação Contínua de Professores .....</b>	<b>27</b>
<b>3.4.1. Formação Contínua de Professores na Educação não formal – limites e Possibilidades .....</b>	<b>28</b>
<b>PARTE II – ABORDAGEM EMPÍRICA .....</b>	<b>30</b>
<b>CAPÍTULO IV – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1. Considerações sobre a Investigação .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2. Definição da Problemática e Objetivos da Investigação .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2.1. Problemática da investigação .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2.2. Objectivo Geral.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2.3. Objectivos Específicos .....</b>	<b>32</b>
<b>4.3. Campo e Contexto da Investigação .....</b>	<b>32</b>
<b>4.3.1. A Visão Mundial .....</b>	<b>32</b>
<b>4.4. Participantes.....</b>	<b>36</b>
<b>4.5. Tipo e Método da investigação .....</b>	<b>37</b>
<b>4.6. Metodologia da Investigação .....</b>	<b>38</b>
<b>4.6.1. A Análise do Discurso - AD .....</b>	<b>39</b>
<b>4.7. Técnica e Instrumentos e de Recolha de Dados .....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>42</b>
<b>5.1. Considerações iniciais.....</b>	<b>42</b>
<b>5.2. Apresentação e Análise Integrada os Dados – Os Discursos Lidos, Ouvidos e Silenciados .....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>56</b>
<b>7.1. Limitações da Investigação .....</b>	<b>57</b>
<b>7.2. Contribuição da Investigação .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE 1 – Visita VM.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE 2 – Autorização VM.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE 4 – Declaração de Consentimento Informado .....</b>	<b>70</b>
<b>APÊNDICE 5 – Guião Questionário.....</b>	<b>71</b>

<b>APÊNDICE 6 – Grelha de Respostas às Perguntas Abertas do Questionário .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXO 1 – Carta de Apresentação Aluna de Mestrado.....</b>	<b>81</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Território de impacto da VM .....	33
Figura 2 - Mapa do Recife .....	34
Figura 3 - Práticas formativas para o desenvolvimento de programas da ONG .....	50

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mapa da pobreza e desigualdade Recife .....	34
Gráfico 2 - Vulnerabilidade social - Recife .....	35
Gráfico 3 - População economicamente .....	35
Gráfico 4 - Sexo.....	43
Gráfico 5 - Idade.....	43
Gráfico 6 - Etnia .....	44
Gráfico 7 - Estado civil.....	44
Gráfico 8 - Tempo de atuação na ONG .....	45
Gráfico 9 - Participação de práticas formativas na VM .....	50
Gráfico 10 - Autores de referência .....	51

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Resultados da análise sobre a ocorrência dos termos formal, informal e não formal em publicações científicas nacionais e internacionais.....	7
Quadro 2 - Quadro Critérios de classificação das tipologias educativas.....	9
Quadro 3 - Formação académica .....	45
Quadro 4 - Formação para atuar na educação não formal .....	46

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEMEC	Grupo de Estudos em Memória Educação e Cultura
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica da Assistência Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDA	Programa de Área
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
VM	Visão Mundial

## INTRODUÇÃO

“(...) como procurarás por algo que nem ao menos sabes o que é? Como determinarás que algo que não conheces é o objeto de tua busca?” (Platão, 1956 *cit. in* Schön 2000 p. 73).

### 1. Contextualização e Pressupostos da Investigação

Todo trabalho investigativo parte de uma inquietação na trajetória de vida, que começa com simples experiências, ganham significados e impele o estudante a buscar novas informações e formações, para construção de novos sentidos que impactam o ser, o fazer, e criam condições para ir além das fronteiras interiores e exteriores ao ser humano. Analistas de diferentes campos das ciências afirmam em unanimidade que o conhecimento é fundamental para orientar a humanidade na construção da sua história.

Nossas primeiras experiências práticas na área da educação não formal iniciaram no ano de 1976. Atuamos em programas e projetos educativos para crianças, jovens, adultos e idosos em comunidades carentes e ambientes eclesiais. Trabalhamos também com educação de adultos no sistema prisional, e tivemos uma breve passagem na gestão escolar formal. As experiências têm um potencial heurístico e apresentam um caráter dinâmico, pois se questionadas, teorizadas, e alteradas em função das novas vivências, nos mobiliza ao longo da vida. Da prática também emergiu a percepção da complexidade e os desafios do fazer educativo. Para Roldão (2007)

Outros fatores de dificuldade, (...) resultam da preexistência histórica da ação de ensinar ante a formalização da formação para ensinar, que vem a articular os corpos de saber necessários à formação de alguém que ensina. (p. 97)

O fazer educativo não se compreende sem a apropriação dos conhecimentos já sistematizados no campo da educação, que são frutos de investigações realizadas ao longo do tempo.

A investigação na área de educação deve considerar, de acordo com Savianni *et al.* (*cit. in* Tozoni-Reis 2010), que esta área possui concepções radicalmente opostas: a educação como instrumento de reprodução da sociedade e a educação como instrumento de transformação da sociedade. Devemos pensar na investigação e a produção de conhecimento na área educacional como um meio de compreender e transformar o mundo, e também, “(...) como uma necessidade para a ação e, ainda, como um elemento

para libertação” Luckesi (*cit. in* Tozoni-Reis 2010 p. 3). Nesta investigação, tomamos a concepção de educação como instrumento de transformação da sociedade.

## **2. Problemática, Questões da Investigação e Objetivos**

O processo de investigação envolve uma tomada de atitude na busca de respostas para determinado problema, gerando um processo constitutivo e colaborativo para novas aprendizagens e saberes. A problemática desta investigação emergiu das experiências ao longo de quarenta anos desenvolvendo atividades de ensino e de gestão em espaços não formais. A pergunta de partida desta investigação foi: “*que práticas formativas de professores se identificam na educação não formal que referenciais teóricos metodológicos embasam as práticas?*”. Na busca da resposta elegemos como campo empírico uma ONG humanitária e cristã na cidade do Recife, que promove atividades educativas em comunidades e escolas. O objetivo da investigação é conhecer práticas formativas de professores, bases teórico-metodológicas, perfis e percepções dos sujeitos.

## **3. Relevância e Contribuição da Investigação**

A educação não formal tem assumido uma importância significativa no cenário nacional, chamando a atenção dos diversos segmentos da sociedade. Embora as discussões sobre educação não formal e seu papel na formação integral das pessoas tenham origem no século passado, quando se iniciaram os estudos sobre a educação fora dos muros da escola e ao longo da vida, as investigações deste campo são insipientes e os estudos sobre a formação dos professores(as)/educadores(as) que atuam neste campo não tem ocorrência significativa no banco de publicações disponível no sistema Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

A educação não-formal é uma área carente de pesquisa científica. Com raras exceções, o que predomina é o levantamento sistemático de dados para subsidiar projetos e relatórios, feitos usualmente por ONGs, visando ter acesso aos fundos públicos que as políticas de parcerias governo-sociedade civil propiciam. A reflexão sobre esta realidade, de um ponto de vista crítico, reflexivo, ainda engatinha (Gohn, 2009, p. 4).

Para Perez (2011) a importância da investigação se justifica na medida em que se acredita que a formação e o trabalho dos professores devem ser diferenciados, considerando-se o tipo de organização em que a atividade educativa será realizada. É

também pertinente e relevante como contributo para discussão do tema educação não formal e a formação de seus professores, que se inserem nos debates atuais acerca do papel da sociedade civil no trabalho educativo, que é de suma importância para sistematização de conhecimentos sobre os processos formativos para difundir as especificidades deste campo.

#### **4. Orientação Metodológica**

A nossa investigação se propôs a conhecer as percepções de um grupo de participantes formado por professores(as)educadores(as) e formadores, sobre práticas formativas de professores na educação não formal.

Esta é uma investigação do tipo exploratório e descritivo, de enfoque qualitativo e interpretativo, que, para Gerhardt e Silveira (2009), se preocupa com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização e com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica social. A metodologia da investigação, um estudo de caso, utilizou-pesquisa bibliográfica e documental. Para Fonseca (2002) (*cit. in* Gerhardt e Silveira 2009 p. 39), um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social.

O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe. O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Os instrumentos para recolha de dados utilizados foram o questionário semiaberto para respostas online e pesquisa documental.

#### **5. Estrutura do Trabalho**

O texto deste trabalho está estruturado em cinco capítulos, divididos em duas partes: a primeira parte apresenta o enquadramento teórico contendo três capítulos. No Capítulo I apresentamos a conceituação e características da educação não formal,

fatores de desenvolvimento da educação não formal como campo de pesquisa e espaços de atuação; o Capítulo II fala da educação não formal e das organizações da sociedade civil, a educação como direito, a educação não formal nas ONG, o contexto histórico das ONG no Brasil, os objetivos e de possíveis resultados das propostas educacionais nas ONG; o Capítulo III trata das práticas pedagógicas e formação de professores na educação não formal situando em seu contexto histórico.

A segunda parte apresenta a abordagem empírica em dois capítulos: O capítulo IV apresenta os caminhos metodológicos da investigação: o desenho, a problemática, os objetivos, o campo e seu contexto, os participantes, o tipo e o enfoque da investigação, os instrumentos e procedimentos de recolha de dados e a metodologia da investigação. No Capítulo V apresentamos a análise e discussão integrada dos dados e conclusão. Ao final as referências bibliográficas que embasaram este trabalho e anexos.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

### 1.1. Educação não formal - Conceituação e Características

#### 1.1.1. Conceituação

O termo educação não formal conforme P.H. Combs (*cit. in* Trilla 2008), refere-se,

toda atividade organizada, sistemática, educativa, realizada fora do marco oficial, para facilitar determinados tipos de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como infantis, mas levada a efeito fora do sistema formal.

Algumas das dimensões deste processo apresentado por Gohn (1999) são: aprendizagem política - fazer com que o indivíduo se reconheça como cidadão pleno de direitos através da conscientização e compreensão dos seus interesses, do meio social e da natureza ao seu redor, através de atividades grupais; capacitação ao comunitarismo - facilitar aprendizagens para o exercício de práticas de organização com objetivos comunitários em busca de soluções para questões coletivas do cotidiano; capacitação para o trabalho - aprendizagem de habilidades e desenvolvimento de potencialidades latentes; aprendizagens de conteúdos da educação formal; ensinar em espaços alternativos, de forma mais espontânea, com a interferência do coletivo social no sentido de delimitar o conteúdo didático e estabelecer as finalidades a que as práticas se destinam; e educação para a arte - do bem viver que se refere a difusão de técnicas de autoconhecimento, autocontrole, automotivação, das mais diversas formas, muitas vezes utilizando expressões do senso comum, de ensino de filosofias e técnicas milenares orientais, a tentativa de restabelecer conhecimentos tradicionais mesclando com a utilização de conhecimentos cientificamente ou culturalmente consolidados. Para Belle (1980, *cit. in* Marques e Freitas 2017, p. 3), "é certo que a educação fora da escola sempre existiu e sua importância reconhecida. Mas o termo não formal veio legitimar a atenção a esse tipo de educação".

Gohn (2014) considera a definição e caracterização da educação não formal um dos grandes desafios deste campo em expansão. Os sentidos e significados que lhe tem sido atribuído tem gerado polêmicas, pois é usada quase sempre, e de forma automática, em contraposição à educação formal. Para (Marques e Freitas, 2017, p. 3), "(...) embora

os conceitos e categorizações dos sistemas educativos tenham mais de quarenta anos, estão longe de estar consolidados e terem consenso”.

Gohn (2014) afirma que todas as categorias e conceitos se constituem em um campo de disputas pelo significado e definição do campo de atuação, ou seja, se estabelecem num *continuum* de estudos e pesquisas, de transformações sociais, de visões de mundo em construção onde a educação se insere. Ainda para Marques e Freitas (2017) há duas terminologias principais neste campo de investigação: a dicotomia educação formal e informal e a divisão em três grupos<sup>1</sup>: formal, não formal e informal sendo esta última adotada de forma mais percebível na literatura brasileira. As autoras realizaram uma pesquisa bibliográfica em material produzido por vinte e nove pesquisadores nacionais e internacionais conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Resultados da análise sobre a ocorrência dos termos formal, informal e não formal em publicações científicas nacionais e internacionais

Ref	Fonte	Terminologia	Tipo	Origem
A	Rennie, Stock Mayer, 2003	Formal – Informal	ART	INT
B	Alves, Passos, Arruda, 2010	Formal – Não Formal–Informal	ART	NAC
C	Passos, Arruda, Alves, 2012	Formal – Não Formal – Informal	ART	NAC
D	Bizarra, Marandino, 2009	Formal – Aprend. Museus – Livre-Escolha	CONF	NAC
E	Gohn, 2006	Formal – Não Formal – Informal	CONF	NAC
F	Anderson, Lucas, Ginns, 2003	Formal – Informal	ART	INT
G	Belle, 1982	Formal – Não Formal – Informal	ART	INT
H	Brennan, 1997	Formal – Não Formal – Informal	ART	INT
I	Etlng, 1993	Formal – Não Formal – Informal	ART	INT
J	Chagas, 1993	Formal – Não Formal – Informal	ART	INT

<sup>1</sup> Nesta investigação consideramos o conceito de informal, não formal e formal na perspectiva de Libâneo (2010): informal: processos de aquisição de saberes e modos de ação de forma não intencional e não institucionalizado; não formal: realizadas em instituições não convencionais de educação, mas com certo nível de intencionalidade e sistematização; formal: práticas educativas com elevados graus de intencionalidade, sistematização e institucionalização, como as que se realizam nas escolas ou em outras instituições de ensino.

Ref	Fonte	Terminologia	Tipo	Origem
K	Wellington, 1990	Formal – Informal	ART	INT
L	Falk, 2002	Formal – Trabalho – Livre-Escolha	ART	INT
M	Rodari, 2009	Formal – Informal	ART	INT
N	Griffin, 1994	Formal – Informal	ART	INT
O	Marsick, Watkins, 2001	Formal – Informal – Incidental	ART	INT
P	Gadotti, 2005	Formal – Não Formal – Informal	CONF	NAC
Q	Eshach, 2007	Formal – Não Formal – Informal	ART	INT
R	Martins, 2004	Formal – Informal	ART	INT
S	Resnick, 1987	In School – Out Of School	ART	INT
T	Cazelli, Costa, Mahomed, 2010	Formal – Não Formal – Informal	ART	NAC
U	Heimlich, 1993	Formal–Não Formal–Informal–Self-Directed	REL	INT
V	Marandino, 2008	Formal – Não Formal – Informal	LIV	NAC
W	União Europeia, 2000	Formal – Não Formal – Informal	REL	INT
X	Ramey-Gassert, Walberg, Walberg, 1994	Formal – Informal	ART	INT
Y	Colley, Hodkinson, Malcom, 2002	Formal – Não Formal – Informal	REL	INT
Z	McCallei <i>et al.</i> , 2009	Formal – Informal	REL	INT
AA	Eraut, 2000	Formal – Não Formal	ART	INT
AB	Unesco, 2011	Formal – Não Formal – Informal– Incidental	REL	INT

Legenda: ART – artigo, CONF – conferência, REL – relatório, LIV – livro; INT – internacional, NAC – nacional.

Fonte: Marques e Freitas, 2017.

Gohn (2014) considera necessário fazer a distinção e demarcar as diferenças entre estes conceitos ou categorias. Na literatura, encontramos um conjunto de critérios que os autores estabelecem como basilares para caracterizar e distinguir categorias ou tipologias educativas dispostas no quadro a seguir:

Quadro 2 - Quadro Critérios de classificação das tipologias educativas

Autor/ano	Critérios	Tipologia
Trilla/1998	escolar x não escolar e educação orientada para a obtenção de títulos acadêmicos ou não	Formal e não formal
Gohn/2006	quem educa, onde educa, como educa, por que educa e para que educa;	Formal, não formal, informal
Marandino/2008	propósitos, organização do conhecimento, tempo, estrutura, controle e intencionalidade.	Formal, não formal, informal.
Libâneo/2010	Intencional e não intencional	Formal, não formal e informal

### 1.2.1. Características

Para Gadotti (2005) uma característica básica da educação não formal é a flexibilidade tanto em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços. Na educação não formal, espaço e tempo são categorias importantes.

“(…) O tempo da aprendizagem na educação não formal é flexível, respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma” (Gadotti, 2005, p. 2).

A educação não formal é mais difusa que a educação formal, tem menos hierarquia e menos burocracia. Os programas de educação não formal não seguem necessariamente um sistema seriado e hierárquico de progressão. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conferir certificados de aprendizagem.

A educação não formal possibilita mais conhecimentos sobre o mundo em que os indivíduos estão inseridos e suas relações sociais. Sua atuação é sobre os aspectos subjetivos do grupo, de modo a contribuir para formação da sua cultura política. Aumenta laços de pertencimento, ajuda, com destaque, na constituição da identidade coletiva do grupo; contribui para o incremento da autoestima e do *empowerment* do grupo, instituindo o que alguns críticos nomeiam o capital social de um grupo, fundamentando suas ações sob o critério da solidariedade. Seus objetivos se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. A construção de relações sociais embasadas em princípios de igualdade e justiça social, quando presentes em um grupo social, torna mais forte o exercício da cidadania, da amabilidade, da sustentabilidade e do bem viver. Para Freire (1998 p. 95) isso significa superar a “transmissão de saberes”. Também implica numa tomada de consciência da realidade objetiva e subjetiva. O objetivo central da educação passa ser a busca do

desenvolvimento de uma consciência do ser como totalidade, permitindo que os indivíduos se apropriem da realidade e de si mesmo, assim como sejam capazes de utilizar suas habilidades de forma ativa e crítica na sociedade. Para tanto,

é preciso saber como ouvir, ou seja, saber como ouvir uma criança negra com a linguagem específica dele ou dela como a sintaxe específica dele ou dela, saber como ouvir o camponês negro analfabeto, saber como ouvir um aluno rico, saber como ouvir os assim chamados representantes de minorias que são basicamente oprimidas. Se não aprendermos como ouvir essas vozes, na verdade não aprendemos realmente como falar. Apenas aqueles que ouvem, falam. Aquelles que não ouvem acabam apenas por gritar, vociferando a linguagem ao impor suas ideias (Freire, 2001, p. 58).

## **1.2. Educação não formal – Fatores de Desenvolvimento do Campo de Pesquisa**

De acordo com Trilla (1996), o termo educação não formal apareceu no momento histórico em que surgem e penetram nas discussões pedagógicas, vários estudos sobre a crise na educação. Garcia (2013) faz uma observação sobre este momento histórico afirmando que o entendimento genérico da educação como sinônimo de escola, fez com que a educação não formal passasse a ser difundida e compreendida como resultante da crise na educação formal. Foi um momento histórico em que tanto o setor pedagógico como também o serviço social, a área da saúde, cultura e outros, via a escola e a família como impossibilitados de responder a todas as demandas sociais que lhes são impostas, delegadas e desejadas.

Dando ênfase aos aspectos tratados em relação à crise no sistema formal de educação, Trilla (1996) diz em que sentido a crise na escola favoreceu o surgimento do campo teórico da educação não formal:

Uno de los diagnósticos que se derivaban de los análisis sobre esta crisis era el de que si los sistemas educativos se mantenían con los mismos medios y instituciones convencionales con que habían estado funcionando hasta el momento, por más que éstos crecieran em cantidad y capacidad, difícilmente aquellos sistemas estarían em disposición de satisfacer la demanda social de educación. Es decir, que la sola expansión del aparato escolar no serviría como único recurso para atender a las expectativas sociales de formación y aprendizaje. (p. 15)

Embora o acesso de todos à escola pelo maior tempo possível e a melhoria de sua qualidade tenham sido objetivos centrais das políticas educacionais progressistas

dos séculos XIX e XX, as reflexões dos últimos dez anos acerca da polarização da educação escolar, trazem algumas constatações conforme Trilla (2008, pp. 17-18),

- i. A escola é uma instituição histórica e constitui apenas uma das formas de educação e nunca de maneira exclusiva;
- ii. Mesmo em sociedades escolarizadas, a escola é sempre apenas um momento do processo educacional global dos indivíduos e das coletividades; com a escola coexistem vários mecanismos educacionais.
- iii. O processo educativo global do indivíduo e os efeitos produzidos pela escola não podem ser entendidos independentemente dos fatores de intervenções educacionais não escolares.
- iv. O marco institucional e metodológico da escola nem sempre é o mais idôneo para atender a todas as necessidades e demandas educacionais.

Assim, com base nos argumentos de Trilla (2008, pp. 17-18) “(...) os espaços não escolares desenvolvem processos educativos próprios, como educação mais ampla e facultada ao longo da vida,” não com a finalidade de se contrapor à escola, mas coexistir com ela complementando o processo educativo global do indivíduo e do coletivo social.

O discurso pedagógico sobre educação não formal começou a expandir-se concretamente a partir da segunda metade do século XX. As pesquisas internacionais nos Estados Unidos sobre educação não formal mencionadas por Trilla (2008) promoveram, por um lado, o fortalecimento de uma nova maneira de compreender o papel da educação formal e por outro, para dar visibilidade a outros fazeres educacionais. Vários fatores sociais, econômicos e tecnológicos, geraram novas necessidades educacionais e fizeram eclodir novas possibilidades pedagógicas não escolares. Para Trilla (2008, p. 32) alguns destes fatores são:

- i. Crescente aumento da demanda de educação em face a incorporação de setores sociais, tradicionalmente excluídos dos sistemas convencionais de educação como: adultos, idosos, mulheres, minorias étnicas, etc.);
- ii. Transformações no mundo do trabalho que obrigam a operacionalizar novas formas de capacitação profissional;
- iii. Mudanças na instituição familiar e outros aspectos da vida cotidiana;

- iv. Ampliação do tempo livre;
- v. Presença crescente nos meios de comunicação de massa na vida social;
- vi. Desenvolvimento de novas tecnologias que permitem conceber processos e aprendizagem à margem dos sistemas presenciais da escolaridade convencional.

Estes fatores mencionados por Trilla (2008) encontram-se originalmente em documentos divulgados por importantes autores, destacando P. H. Coombs<sup>2</sup>, e por órgãos como a Unesco<sup>3</sup>, nos quais se ressalta a impossibilidade de a escola responder pela educação de uma maneira ampla e genérica. Nestes documentos, foram inseridos uma série de estudos, de programas e propostas educacionais alternativas, que criticavam os modelos e fazeres tradicionais da escola. E ainda, a divulgação do conceito de educação permanente, que passou a legitimar e valorizar outras maneiras de educar e educar-se e, por fim, a compreensão e aceitação de que o meio também educa.

Garcia (2009) identifica outros fatores possíveis para o surgimento da educação não formal como a diminuição das famílias numerosas na sua composição e que vem se estruturando cada vez mais de maneira nuclear, dificultando e impossibilitando a convivência entre irmãos, primos, tios, avós etc. Uma das causas de tal estruturação foi o processo de urbanização que intensificou a migração rural-urbana, favorecendo que os centros urbanos apresentassem outra concepção de espaço coletivo (ruas, praças), que ao longo dos anos vem se tornando cada vez mais violento e inseguro. Assim, além das crianças e jovens atualmente não terem o espaço da rua para desenvolverem a socialização, também não possuem um rol de convivência familiar que lhes permitam estabelecer maiores relações com o diferente. Há, portanto, uma diversidade de fatores que constitui este campo de investigação em construção.

O Brasil abriu espaço para a pesquisa na área de educação não formal no início século XXI, com base em pesquisas internacionais iniciadas nos Estados Unidos e também na Europa. No que se refere à bibliografia brasileira, Garcia (2013) apresenta

---

<sup>2</sup> A divulgação referida trata-se do livro *A crise mundial da educação* de P.H. Combs, editado originalmente em inglês em 1968, em espanhol em 1971 e em português em 1976. E reescrito e publicado em 1985 sob o título *A crise mundial da educação. Perspectivas atuais*. Atribui-se a Combs o reconhecimento e a popularização da concepção de outras formas e meios educacionais desenvolvidos fora da escola, com objetivos educacionais.

<sup>3</sup> Em 1972 duas equipes da Unesco elaboraram um livro intitulado *Aprender a Ser* dirigido por Edgar Faure um relatório intitulado *Educação – Um tesouro a descobrir* dirigido por Jaques Delors, que propuseram termos da área do setor educacional não formal.

autores brasileiros que citam a educação não formal, considerando-a como um conceito já em uso: i. Carlos Alberto Torres, publicou no Brasil em 1992, traduzido do inglês (*The Politics of non formal education in Latin America*, 1990). Esta obra se preocupou prioritariamente em estudar a educação de jovens e adultos na América Latina; ii. os trabalhos de Olga Rodrigues de Moraes von Simson, com publicações mais recentes como *Educação Não-Formal: Cenários da Criação* no ano de 2001 pela editora da Unicamp; iii. trabalhos de Renata Sieiro Fernandes, Margareth Brandini Park como o livro *Educação Não-formal-Contextos, Percursos e Sujeitos*, publicado em 2015 pela editora da Unicamp;iiii os estudos e pesquisas realizados pelo GEMEC – Grupo de Estudos em Memória Educação e Cultura no Centro de Memória da Unicamp e as pesquisas de Maria da Glória Gohn.

Libâneo (2010) em seu livro *Pedagogia e Pedagogos para quê?* dedica um capítulo para discutir educação formal, educação informal e educação não formal. Neste capítulo o autor considera a educação em duas modalidades: não intencional, que chama de educação informal e intencional, que se desdobra, segundo ele, em educação formal e não formal, que surge no desenvolvimento histórico da sociedade e como consequência da complexidade crescente da vida social e cultural, da modernização das instituições, do progresso técnico científico, da necessidade de um número cada vez maior de pessoas participando das decisões que envolvem a coletividade.

Gohn (2010) professora da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisadora do Centro de Memória da Unicamp através do Grupo de Estudos em Memória Educação e Cultura – GEMEC, faz um resgate de sua trajetória editorial sobre a temática educação não formal como um novo campo de atuação. Ela explica que a escolha da categoria educação não formal partiu do pressuposto de que os movimentos sociais e outras práticas associativas coletivas tinham um caráter educativo para seus participantes

Gohn (2010) afirma que a categoria educação não formal foi “uma luz” para explicar o processo de aprendizagens e construção de saberes em espaços coletivos fora da escola. As publicações da autora têm forte influência das suas vivências práticas.

O passo seguinte foi introduzir o tema na produção acadêmica através de pesquisas e publicações. Seu primeiro livro intitulado *Educação não formal e cultura*

foi lançado simultaneamente à introdução da disciplina Educação Não Formal na graduação da Faculdade de Educação da Unicamp; fato este que demarcou um novo campo/área do conhecimento nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Atualmente, é possível conceber a educação não formal como uma nova área, em formação, que ainda está se descobrindo e se conhecendo. Dessa forma, a educação não formal no Brasil, continua sendo construída, tendo como interlocutores as investigações já produzidas em outros países, e as recentes produções brasileiras sobre o tema.

### **1.3. Educação não formal – Campos e Espaços de Atuação**

Niradi (2004, p. 25) afirma que:

(...) a liberdade, a não fixação de local e tempo, a adaptação de conteúdos, o caráter voluntário, a promoção de socialização e de solidariedade, a criação de projetos de desenvolvimento e mudança social, as relações pouco formais e hierarquizadas, o favorecimento da participação e a gestão descentralizada, não implicam numa desorganização ou falta de estrutura no campo da educação não formal. Muito pelo contrário, definem sua atuação.

Para Gohn (1999) pode-se induzir à educação não formal, conforme seus objetivos, dois grandes campos de atuação: i.o primeiro campo destinado à alfabetização, a transmissão de conhecimentos acumulados e sistematizados historicamente, em espaços alternativos, com procedimentos e métodos diferenciados, com uma flexibilidade curricular que se adapte à realidade dos educandos. Este tipo de ação educativa pode, na maioria das vezes, ser encontrada na Educação de Jovens e Adultos – EJA e pode ocorrer também com crianças, idosos, e outros públicos; ii. o segundo campo refere-se à educação desenvolvida no processo de participação social, com experiências em trabalhos coletivos através de vivência de situações problema que gerem interação e aprendizagem.

Trilla (2008) descreve o fenômeno educativo como complexo, multiforme, disperso, heterogêneo, permanente e quase onipresente; acontece na escola e na família, mas também se dá em bibliotecas e museus, num processo de educação à distância e numa brinquedoteca; na rua, no cinema, na TV, na internet, nas reuniões, nas ruas e no cinema. A criação de outros espaços e diferentes formas de estabelecer diferentes relações e mediações educacionais surge no cotidiano. Em todos os lugares ocorrem e

coexistem processos educativos. Os educadores legitimamente constituídos e aceites pela sociedade são os pais e professores, mas, diante da complexidade do processo educativo, esse contexto educacional variado traz a necessidade de distinguir-se pelas suas particularidades.

Além das próprias escolas, onde pode ser oferecida educação não formal, principalmente nos contra turnos das escolas de tempo integral, temos as organizações não governamentais, as igrejas, os sindicatos, os partidos, a mídia, as associações de bairros, etc. espaços não formais de ensino podem ser criados por comunidades, pela iniciativa privada sem fins lucrativos, nomeadamente, terceiro setor, e até mesmo pelo poder público.

## **CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

### **2.1. Educação como Direito**

O artigo 205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 diz que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (p.1)

Considerando a educação como um direito inalienável de todo e qualquer cidadão, entende-se que esta deva ser alvo prioritário dos investimentos governamentais nos países. Entretanto, no Brasil, a educação está em constante crise e é alvo de descaso do poder público. Garcia (2009) mostra que a partir da segunda metade da década de 1990, é possível notar o aparecimento de um número considerável de instituições da sociedade civil assumindo ações na área educacional na tentativa de garantir este direito. A autora identifica que a expansão da educação não formal como campo teórico ocorre no momento histórico em que há aumento significativo do número de ONG, com delegação de demandas no âmbito das políticas sociais ao chamado terceiro setor. No que diz respeito às ONG, apesar de existirem leis<sup>4</sup> específicas para educação não formal o oferecimento das ações nesse campo, não é garantido; também não há garantia da frequência e permanência; em relação à legislação referente a programas de educação não formal, principalmente no que se refere ao oferecimento de opções a crianças e jovens fora do tempo da escola, a autora destaca que tanto a garantia da existência desses programas e projetos, como a sua qualidade, precisam ser pensadas pelas instituições que atuam nesse campo, uma vez que essas instituições ficam à mercê tanto das intenções e vontades políticas, como da dependência de financiamentos e recursos externos. Estes são alguns problemas que constituem grandes desafios para as ONG e outras instituições sociais que recebem a delegação de executar ações educacionais.

---

<sup>4</sup> Como exemplo citamos o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e a LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que preveem a existência e oferecimento de projetos socioeducativos para crianças e jovens, mas não garantem a obrigatoriedade de projetos nessa área, sua existência, e principalmente, a permanência de projetos com essa especificidade (Garcia, 2009, p. 163).

## 2.2. Educação não formal e as ONG

Inglesi e Semeghini-Siqueira (2011) traz uma discussão sobre o papel das ONG na transformação da sociedade, pois elas representam uma das muitas possibilidades que existem hoje para a busca de avanços em diferentes setores, sendo o educacional um dos mais evidentes.

Num panorama pós-marxista, que mudou o foco das lutas da classe trabalhadora industrial para ênfase na análise da pluralidade dos conflitos sociais, e nas novas formas de dominação do poder da produção cultural (Touraine, 1999, *cit. in* Inglesi e Semeghini-Siqueira 2011) e das formas de violência/opressão simbólicas (Bordieu, 1989, *cit. in* Inglesi e Semeghini-Siqueira 2011), as autoras assinalam o papel importante das ONG como geradoras de transformações, fazendo intervenções diretas na conjuntura, buscando a ampliação de direitos e a aquisição de benefícios sociais, culturais e materiais. Porém, para elas, as ONG precisam ser analisadas de forma criteriosa, identificando as contradições e heterogeneidade das instituições, pois,

Dentro de um vasto campo composto por essas organizações, há aquelas que se institucionalizam em moldes empresariais, reproduzindo socialmente a ética capitalista e transformando-se assim, em um empreendimento lucrativo no qual a questão social é secundária, ou apenas uma justificativa para sua existência (Inglesi e Semeghini-Siqueira, 2011, p. 324).

Em contrapartida, existem ONG cujas matrizes sociopolíticas teóricas e práticas que orientam o trabalho estão diretamente associadas à institucionalização dos movimentos sociais, e sendo para estes uma forma de apoio e assessoria.

### 2.2.1. Contexto histórico das ONG no Brasil

Machado (2012, p. 4) diz em seu artigo "Percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular" que:

a expressão ONG (Organização Não-Governamental), foi criada pela Organização das Nações Unidas –ONU,<sup>5</sup> na década de 1940, para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade. Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla do sistema

---

<sup>5</sup> Organização das Nações Unidas.

capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado 'Terceiro Mundo'. Trata-se do 'Nacional Desenvolvimentismo' (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA<sup>6</sup>, CEPAL<sup>7</sup>, BID<sup>8</sup>, FMI<sup>9</sup>, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico.

No Brasil, as ONG são um acontecimento mais recente, “nascem calcadas no modelo norte-americano e dentro de circuitos de cooperação global” (Navaes, 2005, *cit. in* Machado 2013, p. 5). Embora as instituições assistenciais ou filantrópicas existentes entre os anos de 1960 e 1970 não se autodenominassem ONG, muitas delas, segundo Landim (*cit. in* Machado 2013), foram se autodenominando organização não-governamental a partir da década de 1980.

Vale destacar que as ONG pioneiras no Brasil surgem, no contexto da ditadura militar, um período de grande repressão política e cultural e de um poder fortemente centralizado excluindo as classes populares e instituições religiosas tradicionais como a igreja católica. Várias das ONG que surgiram após os anos de 1970 tinham, não só financiamentos internacionais, mas também, de acordo com (Gohn, 2000), o apoio de linhas progressistas da Igreja Católica, que reviu suas posições quanto à organização da população para participar de movimentos e mobilizações conscientizadoras.

Landim (*cit. in* Machado 2013) faz distinção das ONG deste período de acordo com as intenções: de um lado as ONG que prestavam serviços de assessoria ou apoio aos movimentos sociais com o intuito de se contraporem às injustiças sociais decorrente daquele momento histórico; e de outro as ONG de orientação cristã e de promoção social com a intenção de contribuir para o desenvolvimento comunitário, a fim de fazer avançar os países subdesenvolvidos, seja dirimindo os problemas sociais a partir de uma perspectiva assistencialista e altruísta, sejam prestando serviços de utilidade pública.

A complexidade e diversidade de origens, características, áreas de atuação e posicionamento político das Ong apresentam-se como um elemento complicador para seu estudo. Mas não se pode perder de vista que há aí uma oportunidade de, por meio da realização de pesquisa e produção de saberes acadêmico-científicos, apoiá-las na definição de um campo de atuação e

---

<sup>6</sup> Organização dos Estados Americanos.

<sup>7</sup> Comissão Econômica para América Latinas e o Caribe.

<sup>8</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento.

<sup>9</sup> Fundo Monetário Internacional.

posicionamento político-ideológico menos difuso e mais crítico em relação ao Estado e ao mercado e contribuir, dessa forma, com a nossa visão de que o papel das Ongs deve estar ligado à associação, organização e educação dos sujeitos e grupos (...) (Perez, 2009, p. 94).

### **2.3. Propostas educacionais nas ONG, objetivos e possíveis resultados**

Para Gohn (2006) os objetivos da educação não formal podem se resumir em: educação para cidadania, educação para justiça social, educação para direitos - humanos, sociais, políticos, culturais, etc.- educação para liberdade, educação para igualdade, educação para democracia, educação contra a discriminação, educação pelo exercício da cultura e para manifestação das diferentes culturas

O papel das ONG, de acordo Perez (2009) deve estar ligado à educação de sujeitos e grupos, para:

- i. a participação democrática ativa, e não apenas representativa, na gestão de recursos comunitários, ordenada por órgãos e representantes dos governos;
- ii. a demanda, o questionamento e a avaliação da gestão dos recursos sociais e dos serviços oferecidos à população pelos governos e seus agentes;
- iii. o questionamento do modelo neoliberal de organização social;
- iv. a geração de renda de forma solidária pela população empobrecida, bem como, a oposição ao modelo de organização do trabalho focado no interesse do capital e na desarticulação e despolitização dos trabalhadores.

Aí estão inseridas as mais diferentes propostas educacionais, voltadas, principalmente para crianças e jovens, fora do tempo escolar. É de extrema importância que os mentores dos programas voltados para estes públicos e os que realizam as ações educativas, tenham consciência de todas as implicações em que estão envolvidos nesse percurso. Tal fato nem sempre é observado, principalmente em relação àqueles que realizam as ações cotidianas, os educadores, que se relacionam diretamente com as crianças e jovens, nem sempre conhecem o projeto político da ONG, em que estão se envolvendo.

(...) vale lembrar que nesse meio estão presentes ONGs com diferentes projetos políticos: Para tanto, o direito à educação, saúde, cuidado à infância e à velhice (...) o setor agora denominado público não estatal: note-se que o argumento não é que as ONGs podem pensar bem os serviços

sociais, mas o de que as ONGs sabem gastar bem, e, portanto, executarão melhor estes serviços (Paoli, 2002, p. 373).

Alguns dos resultados que se esperam na educação não formal estão relacionados abaixo de acordo com: Gohn: (2006):

- i. a organização de como agir em grupos coletivos;
- ii. a construção e reconstrução de concepção do mundo e sobre o mundo;
- iii. a contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;
- iv. formar o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas, capacitá-lo para entrar no mercado de trabalho);
- v. quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificada, como a autoestima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de auto valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutar para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais etc.);
- vi. os indivíduos adquirem conhecimento da sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca.

Garcia (2013, p. 7) diz que:

a educação, ou o argumento educativo, foi e é utilizado, muitas vezes como uma fôrma, um modelo sem grandes flexibilidades ao serviço da adequação do indivíduo à vida social. Atualmente existem ações que transitam de uma visão para outra. Estão presentes, tanto as noções da educação a serviço da manutenção das regras vigentes, como também a noção de assistência como direito.

A autora faz algumas considerações sobre a complexidade que decorre das relações cotidianas, tanto em instituições públicas como privadas, abrangidas por setores religiosos, sociedade civil, empresas, quando se considera a assistência, o cuidado com aqueles que estão, em um determinado momento, em uma situação de negligência. É importante a percepção de que se por um lado, as leis que garantem a assistência como um direito estão avançadas, por outro, os profissionais assistentes sociais, educadores por etc., conservam em si valores característicos do

assistencialismo. Isto ajuda a compreender o lugar social dos chamados projetos socioeducativos e projetos educacionais para crianças e jovens chamados carentes. A autora observa que no discurso de muitos destes profissionais descobrem-se valores da prestação de serviço compreendida como direito, e do assistencialismo praticado como proveito e como controle das camadas pobres da população.

A ação educacional é notada tanto na concepção, como na prática da assistência social. A Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS em dezembro de 1998 e com nova versão aprovada em 2012, faz referência as atribuições ao gestor federal da assistência social, dentre as quais está o estabelecimento de normas e procedimentos para o controle e fiscalização dos serviços prestados por todas entidades beneficentes de assistência social na área da educação dentre outras.

Para Garcia (2009) a compreensão da área educacional como parte das demais áreas envolvidas pelas políticas sociais, traz consigo as discussões apresentadas aqui, pois uma vez que o país alcançou, há algum tempo, o ideal de educação como um direito, cabe fazer valer esse direito. O que é possível perceber, também nesse contexto, é que essa educação tida como direito é restringida à educação formal.

Conforme Garcia (2009) a compreensão educacional que existe na área da assistência social é perceptível tanto nos discursos encontrados no senso comum, como também nos argumentos dados pelos profissionais que atuam no campo educacional e no campo do serviço social. A educação não formal atua levando mais em consideração as necessidades e propostas educacionais elencadas pela área da assistência social, pois segundo Garcia (2009) é mais ampla e transcende os limites da educação formal.

Em algumas situações não existem campos diferentes, uma vez que aqueles que “recebem” os serviços, ou aqueles para os quais os serviços são idealizados são os mesmos, tanto no setor educacional, como no de assistência. Assim, a criança e o jovem que são atendidos pelos projetos socioeducativos fazem parte de uma família que é atendida pelo serviço social do município e, nem sempre, esses diferentes equipamentos das políticas sociais dialogam entre si. Portanto, as áreas se encontram, uma vez que nesses projetos denominados de educacionais, de assistenciais, de socioeducativos ou ainda de educação social observa-se a presença de ambos os profissionais, tanto o

assistente social, como o pedagogo. Percebe-se, desta maneira, um campo no qual transitam diferentes concepções que trazem contribuições, saberes, que lhes são específicos. Se por um lado, essa dimensão é positiva, por outro, os aspectos que são comuns ao contexto dos projetos/propostas educacionais voltados para crianças e jovens oriundos das camadas pobres da população, precisam ser discutidos em um espaço de intersecção entre as diferentes áreas, trazendo à tona reflexões e buscando construir conjuntamente um saber próprio dessa especificidade de atuação, não desconsiderando contribuições de outras áreas. Desta maneira, seria evitada a expansão de projetos reformadores e mantenedores da ordem social vigente. O cuidado, nesse sentido, é não pensar propostas nem projetos educacionais sem a participação do público para o qual tais propostas e projetos são direcionados. Outra atitude que pode ser extremamente negativa no direcionamento das propostas educativas sob o prisma da assistência social é utilizar o critério da distinção econômica, que faz com que as pessoas às quais se direcionam tais propostas e projetos educacionais, sejam vistas como necessitadas de cuidados em separado dos demais, delegando à educação não formal a responsabilidade de sanar os problemas desses grupos e adaptá-la ao convívio social. Ou, ainda, o social sendo a marca da educação que é apenas para aqueles que têm algum problema, nesse caso, de origem econômica.

Uma observação interessante é que as atividades de educação não formal voltadas para as crianças e jovens de classe alta e média são pensadas como uma opção a mais de conhecimentos e habilidades, um adicional em sua formação, atuando como um diferencial. Já em relação às crianças e jovens das classes pobres, a educação não formal é vista como aquela que vai oferecer o que falta, aquilo que as crianças e jovens não tiveram condições de receber em sua formação, seja escolar ou familiar. Garcia (2009) defende que:

(...) a educação não formal não pode ser encarada como uma possibilidade salvadora para os problemas encontrados no campo da educação formal. Além do que, é essencial esclarecer que existem ações no âmbito da educação não formal que também são problemáticas. Essa é uma tendência inclusive assumida por várias instituições, que muitas vezes sem se darem conta, reproduzem esse projeto político em seus discursos. Essa questão é bastante complicada, uma vez que a educação não formal é compreendida como uma formação a mais para crianças, jovens e adultos das classes dominantes e como uma educação compensatória, como complementar para as crianças, jovens e adultos das classes populares. (p. 49)

Neste contexto entendemos que existe a possibilidade das propostas educativas oriundas de ONG, e outras instituições do terceiro setor que partem de iniciativas assistenciais, ficarem circunscritas apenas a questões emergenciais de pouca amplitude e relevância, como sanar problemas sociais de grupos minoritários e adaptá-los a ordem vigente, como já referido anteriormente. Vale ressaltar que, a educação não formal surge concebendo a educação como mais uma área importante na formação dos indivíduos de forma abrangente.

## CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO NÃO FORMAL - PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

### 3.1. Práticas Pedagógicas em Contexto

Gohn (2010) diz que, historicamente, até aos anos 80, a educação não formal no Brasil estava ligada a processos de alfabetização de adultos. Tinha como base as propostas de Paulo Freire e outras práticas dos movimentos sociais. A educação popular estava na base das propostas do que hoje compreendemos como educação não formal. Os estudos de Ghanem e Trilla (2008) nos mostram que a educação não formal supõe a intenção de estender a educação e, por isso, a maioria da população que abrange, são de pessoas em situação de exclusão do sistema escolar convencional, mesmo que não esteja intencionalmente dirigida a determinado grupo especificamente. O autor afirma que a educação de jovens e adultos foi a que ficou mais em evidência. É muito importante considerar as obras de Paulo Freire como a *Pedagogia do oprimido* (1975), a *Educação como prática da liberdade* (1974), a *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (1976) e a *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1998). Todas estas obras são fomentadoras de outro fazer educativo. Outras práticas que já existem também há bastante tempo são para a educação ou reeducação dos menores infratores.

A presença de diferentes profissionais<sup>10</sup> nos projetos de educação não formal é importante para a flexibilidade e amplitude que caracterizam esse campo, pois essa diversidade, que também é uma das características da educação não formal, permite o crescimento das propostas na relação entre os diferentes saberes e maneiras de fazer a educação, possibilitando a emergência de outros e muitos jeitos de organizar e vivenciar o processo educacional, escapando de modelos instituídos. Conforme Gohn (2009) na educação não formal a utilização de textos (escritos, falados, gestuais, gráficos, simbólicos etc.) são importantes para dinamizar e construir o processo participativo com

---

<sup>10</sup> São os professores, educadores, educadores sociais: professor de música, teatro, dança artes plásticas, expressão corporal, oficinairos, arte-educadores e monitores em seus espaços próprios e educadores de rua. Outros profissionais estão adentrando o campo não formal e contribuindo significativamente para o andamento e desenvolvimento de diferentes projetos e propostas tais como: cuidadores, agentes culturais, contadores de histórias, skatistas, malabaristas, grafiteiros, artesãos, percussionistas, capoeiristas, entre muitos outros. Cada um com seus fazeres e saberes.

descoberta de contextos. Ela exemplifica o diálogo tematizado como sendo mais que uma conversa qualquer com o grupo.

Para Perez (2009) tanto o processo formativo quanto o trabalho de professores nas ONG diferem da formação para educação formal.

o processo formativo deve iniciar com os saberes ligados à definição das modalidades de educação para reconhecimento das particularidades sociopolíticas que condicionam as características da organização em que seu trabalho é realizado (Perez, 2009, p. 87).

### **3.2. Formação de Professores no Brasil**

Quando refletimos sobre a formação de professores, Alvarenga (2008), diz ser importante compreendermos este fato dentro do contexto histórico. Depois da implantação da república o Brasil viveu períodos de autoritarismo do Estado, onde os movimentos sociais, sindicatos, escolas e universidades foram submetidos a um forte controle. Primeiramente no Estado Novo, na década de 1930 até meados da década de 1940 e posteriormente na ditadura militar de meados da década de 1960 até meados da década de 1980, impondo um modelo que Santos (1987, p. 89) chamou de “(...) cidadania em recesso” que se caracteriza pelo embargo à cidadania política e pelo não reconhecimento dos membros da sociedade civil enquanto sujeitos de direitos. Alvarenga (2008) afirma que na vigência desses períodos, a função social dos educadores foi reprimida pela lógica autoritário-corporativa devido à perspectiva tecnicista instituída pela Lei nº 5692/71 de 09 de agosto. Já durante a metade da década de 1980, o Brasil passava por um grande processo de derrocada de um governo ditatorial e o restabelecimento da democracia. Este processo incitado pelos movimentos sociais organizados buscava superar as regras estabelecidas pelo regime militar. E é nesta transição para democracia, que teve início a conexão entre educação e cidadania. Este novo cenário fez emergir novos campos de produção de conhecimento e áreas do saber, práticas pedagógicas e processos educativos que estavam invisíveis ou sem reconhecimento como tal. Gohn (2009, p. 30) fala de “(...) outras dimensões da realidade social, igualmente produtoras de saber”, como por exemplo, no campo das artes, das religiões e seitas, da cultura popular, das aprendizagens do cotidiano. Estas outras dimensões, são os espaços de reflexão e produção de saberes da educação não formal.

### 3.3. Breves Considerações sobre Educação não formal e Formação Inicial de Professores

Na educação não formal existem inúmeras pessoas, os professores e/ou educadores sociais, como são chamados os que exercem atividades de ensino neste campo, participando de várias ações e projetos sociais coletivos, e que ainda estão com pouca visibilidade nos textos e análises mais usuais da atualidade na área da educação.

Na Resolução nº1, de 15 de maio de 2006, do Conselho Nacional de Educação – CNE do Ministério da Educação que institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, lê-se no parágrafo único do artigo 4º que:

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

(...)

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento E avaliação de projetos e **experiências educativas não-escolares**;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e **não escolares** (Brasil, 2006, p. 1, grifo nosso).

E no artigo 5º, lê-se que, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

(...)

IV - Trabalhar, em espaços escolares e **não-escolares** (grifo nosso), na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

(...)

XIII- participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e **não-escolares**;

(...)

XIV- realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas **experiências não-escolares** sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambientais e ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas (Brasil, 2006, p. 11, grifo nosso).

A legislação é clara quanto às exigências de aptidão dos egressos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas para o planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos não escolares. Entretanto,

uma das principais carências apontadas por Gohn (2006) é a formação específica de educadores a partir da definição de seu papel e as atividades a realizar no campo não formal. A mesma introduziu o tema educação não formal na produção acadêmica através de suas pesquisas e publicações. Como já mencionado no capítulo I deste estudo, o seu primeiro livro intitulado *Educação não formal e cultura* foi lançado simultaneamente à introdução da disciplina Educação Não Formal na graduação da Faculdade de Educação da Unicamp; fato este que demarcou um novo campo/área do conhecimento nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas.

Atualmente a disciplina Educação Não Formal no Brasil está inserida na grade curricular da maioria dos cursos na área de Pedagogia e outras licenciaturas. Sabe-se, porém, que apenas um componente curricular na formação inicial é insuficiente para atuar na educação não formal, com todas as suas especificidades.

### **3.4. Educação não formal e Formação Contínua de Professores**

Em uma análise de concepções sobre a formação contínua de professores na realidade brasileira, Andrade e Trasel (2016) apresentam alguns dilemas: i. dificuldade em definir o que vem a ser a formação contínua e quais são as modalidades consideradas pertinentes e coerentes no que diz respeito às demandas educativas, levando em conta que a legislação brasileira não as define com clareza; ii. os modos de organização institucional, bem como as formas de conduzir os espaços e tempos formativos; iii. o nível de conhecimento dos professores sobre sua profissão e a área disciplinar em que atua.

Os professores têm a responsabilidade de ensinar, de passar saberes para um determinado grupo em um contexto social e institucional. Para Garcia (2009) Isso traz uma série de questões vinculadas à área educacional, e a mais importante delas é a formação destes profissionais.

Para Gatti e Siqueira (2009) a ideia de formação contínua como desenvolvimento profissional fez surgir os modelos de formação: oficinas de reflexão sobre a prática docente e a formação centrada no fortalecimento institucional (seja para legitimá-las, ressignificá-las ou superá-las). Estes modelos têm sido amplamente aceites e defendidos na literatura educacional. Para as autoras a reflexão crítica sobre a prática

no contexto de um compromisso com o fortalecimento institucional supõem transformações que vão além do caráter particular.

### **3.4.1. Formação Contínua de Professores na Educação não formal – limites e Possibilidades**

Para Gohn (2006) o professor na educação não formal é o outro, é o Educador Social. Ele estabelece uma conexão interativa nos locais, espaços ou territórios onde se educa. O professor/educador educa acompanhando as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos fora das escolas, e o contexto da ação educativa se constrói coletivamente, com a intenção de, num ambiente participativo, aprender, transmitir ou trocar saberes.

Segundo Freire (1983) os professores/educadores num contexto não formal,

(...) constrói seu trabalho a partir da elaboração de diagnósticos de problemas e suas necessidades, da elaboração preliminar de propostas de trabalho e o desenvolvimento e complementação do processo de participação de um grupo ou toda comunidade de um dado território na implementação da proposta (*cit in* Gohn 2006 p. 33)

Para Gohn (2006) este movimento sugere que o trabalho do *professor/educador* deve ter princípios, métodos e metodologias de trabalho. Isso supõe fundamentos teóricos e ações práticas: atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos e etc. Também deve exercer um papel ativo, propositivo e interativo desafiando os grupos de participantes para descoberta de contexto. Para Freire (1998) a educação, nesta proposta, busca contribuir no processo de transformação social.

Gohn (2006) apresenta o que ela denomina parte do acervo de instrumentos para formar um professor/educador social:

Nestes territórios um trabalho com a comunidade poderá construir um tecido social novo onde novas figuras de promoção da cidadania poderão surgir e se desenvolver tais como os 'tradutores sociais e culturais'. Estes tradutores são aqueles educadores que se dedicam a buscar mecanismos de diálogo entre setores sociais usualmente isolados, invisíveis, incomunicáveis, ou simplesmente excluídos de uma vida cidadã, excluídos da vivência com dignidade. Partindo do senso comum, um novo sentido poderá ser construído através dos educadores/tradutores sociais e culturais. A cogestão democrática dos trabalhos desenvolvidos com a comunidade é um suposto e um pressuposto insubstituível. Informação, indicadores socioculturais e econômicos da comunidade, contextualização da mesma no conjunto das redes sociais e temáticas de um

município, breves notícias sobre suas memórias e experiências históricas, são parte do acervo de instrumentos para formar um Educador Social de e em uma dada região. (p. 34)

Considerando as proposições acima como “parte do acervo” de instrumentos para formação do professor/educador social, onde estaria as demais partes?

No contexto atual, a construção dos saberes dos professores(as)/educadores(as) da educação não formal, de acordo com resultados de estudos na área, se constrói na experiência, através de uma formação prática e reflexiva, constituindo um arcabouço teórico advindo desta reflexão. Para Freire (2001) o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre a teoria e a prática. O autor considera a reflexão como movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar o fazer. Ele afirma que a reflexão surge da curiosidade, que inicialmente é ingênua, mas com o exercício constante vai se transformando em crítica. Assim, a reflexão crítica constante deve se constituir como orientação prioritária para a formação continuada de professores/educadores que buscam a transformação através de sua prática educativa. Nesta direção, Freire (2001) acrescenta duas novas categorias na formação do professor/educador: a crítica e a formação contínua.

O trabalho de investigação sobre educação não formal e a formação contínua de seus professores/educadores é de grande importância e relevância para difundir especificidades dos processos formativos deste campo, e para que se sistematize conhecimentos sobre a participação dos professores/educadores nos processos formativos, principalmente nos que são promovidos por instituições não governamentais como as ONG. Uma consideração de Nóvoa (1999) bastante pertinente, é que o trabalho de investigação sobre a formação contínua dos professores não seja para “(...) desapossar os professores de seus saberes” nem para “(...) garantir a carreira acadêmica”, mas que seja um fio condutor para que os professores façam melhor o que eles já sabem fazer.

## **PARTE II – ABORDAGEM EMPÍRICA**

## **CAPÍTULO IV – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO**

### **4.1. Considerações sobre a Investigação**

A educação não formal vem se expandindo e se consolidando como campo de pesquisa e espaço educativo. Apesar das atividades não formais ocorrerem no Brasil desde a década de 60, somente a partir do início do século XXI despertou o interesse de investigadores. Os profissionais da educação não formal são chamados educadores sociais; podem ser oriundos dos cursos de formação de professores(as) ou profissionais de toda e qualquer área do conhecimento e níveis de ensino. Os educadores(as) sociais buscam o reconhecimento profissional.

Esta investigação intitulada *Educação não formal e formação contínua de professores: um estudo de caso*, buscou conhecer e interpretar as percepções individuais de um grupo de catorze participantes, envolvidos no processo formativo de uma ONG. Visamos contribuir com novos conhecimentos na área da educação não formal, ainda com muitas lacunas e carente de investigações.

A escolha de uma ONG como campo empírico se deve ao fato que as organizações não governamentais têm assumido um papel educativo na sociedade, com a implementação de programas e projetos educativos.

A natureza desta investigação sugeriu a metodologia qualitativa como mais adequada, pois considera a realidade histórica como uma construção social, individual e coletiva, dos seres humanos, focando nos processos e significados que as pessoas atribuem aos fatos que acontecem nesta realidade. Assim, esperamos que percepções de cada participante desta investigação seja desvelada e produzam novas reflexões que aprofundem e ampliem o conhecimento do tema proposto.

### **4.2. Definição da Problemática e Objetivos da Investigação**

#### **4.2.1. Problemática da investigação**

A problemática desta investigação emergiu das experiências em espaços não formais de ensino por mais de quarenta anos, onde desenvolvemos atividades de docência e posteriormente de gestão, percebendo que estes espaços tem um grande potencial, tanto de sistematização e produção de conhecimentos, quanto de

desenvolvimento de práticas pedagógicas de forma diferenciada. Entretanto, os estudos na área ainda são poucos, principalmente sobre a formação de educadores. Consideramos de grande importância e de relevante contribuição empreender uma investigação voltada para este tema.

#### **4.2.2. Objectivo Geral**

Conhecer práticas formativas de professores na educação não formal, bases teórico-metodológicas, perfis e percepções dos sujeitos.

#### **4.2.3. Objectivos Específicos**

- i. identificar práticas formativas de professores na educação não formal e seus referenciais teóricos-metodológicos;
- i. traçar o perfil dos professores/educadores e coordenadores/formadores;
- ii. analisar as percepções dos professore/s e coordenadores sobre a formação contínua no espaço não formal.

### **4.3. Campo e Contexto da Investigação**

#### **4.3.1. A Visão Mundial**

A Visão Mundial do Recife, escolhida como campo empírico, é uma organização não governamental humanitária e cristã, que, de acordo com relatório institucional, luta pela garantia do bem-estar das crianças, adolescentes, e jovens através de programas e projeto na área de proteção, participação e protagonismo jovem via educação não formal, ações de *advocacy*<sup>11</sup> e promoção de justiça.

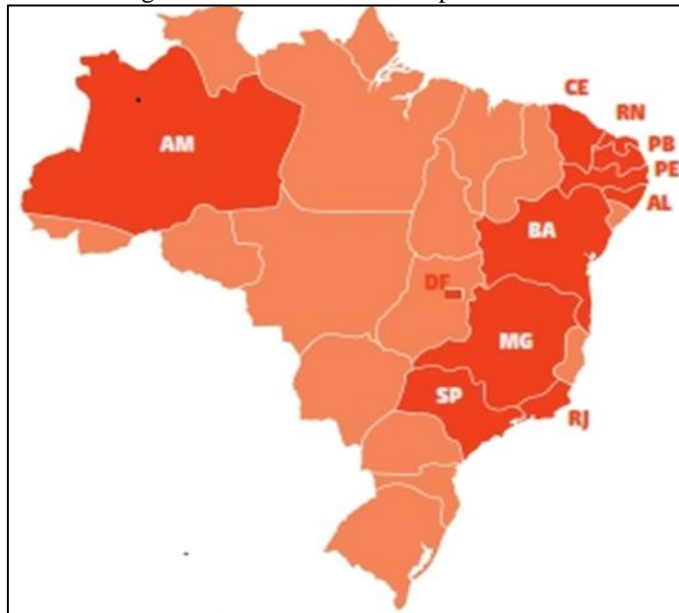
A Visão Mundial Brasil – VMB, é integrante da World Vision International, fundada em 1947, atuando em aproximadamente 100 países, e de acordo com relatório institucional, a organização tem status consultivo junto à Organização das Nações

---

<sup>11</sup>“Advocacy tem origem na palavra *advocare*, do latim, que significa ajudar alguém que está em necessidade. Em inglês, provém do verbo *to advocate*. Mas como advocacia e advogar, em português, referem-se fundamentalmente a atividades de natureza legal ou jurídica, preferimos traduzir *advocacy* como defender e argumentar em favor de uma causa, uma demanda ou uma posição. Isso porque *advocacy* tem um significado mais amplo, denotando iniciativas de incidência ou pressão política, de promoção e defesa de uma causa e/ou interesse, e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil com o objetivo de dar maior visibilidade a determinadas emáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade” (Libardoni, 2000, p. 2).

Unidas - ONU). Está presente no Brasil desde 1975, atuando em 11 estados da federação através de seus Programas de Desenvolvimento de Área – PDA conforme figura abaixo:

Figura 1 - Território de impacto da VM



Fonte: Relatório institucional 2016 da Visão Mundial

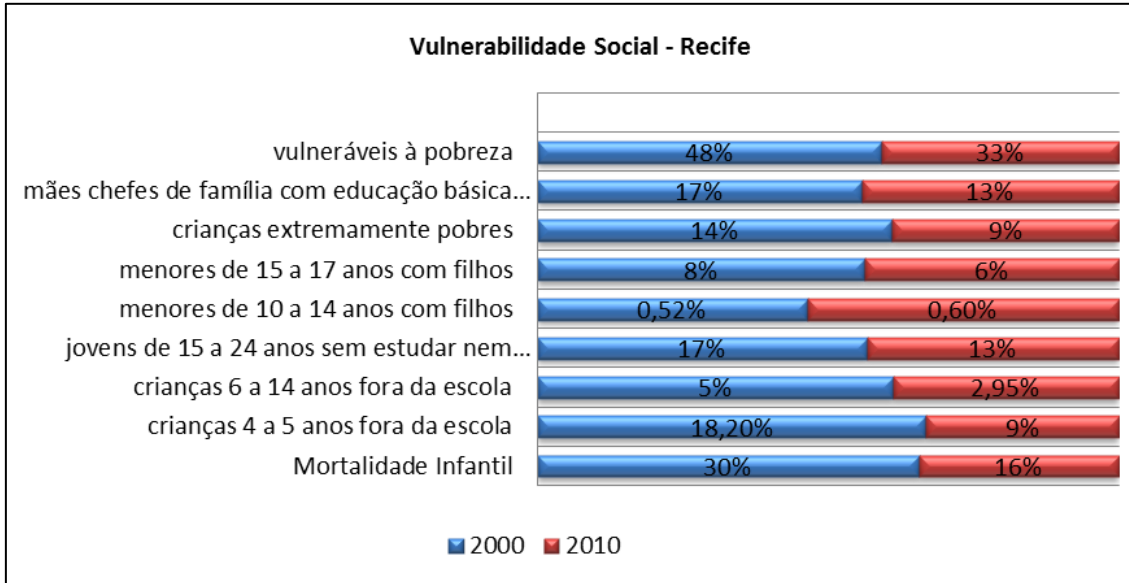
A ONG desenvolve atividades educativas através de metodologias; a Educomunicação, que trabalha com oficinas de comunicação voltadas para crianças e adolescentes, com a finalidade de ajudá-las a conhecerem a si mesmos e a vida, e desenvolver a capacidade de interagir e propor soluções para problemas existentes nos locais aonde vivem. Caixas Saber e Práticas Leitoras, voltadas para crianças de 6 a 12 anos visando despertar e fortalecer a habilidade e o prazer da leitura em espaços comunitários e com reforço escolar no interior de escolas públicas parceiras, através do projeto Conexão Escola em convênio com a secretaria de educação do estado de Pernambuco. O projeto Conexão Escola também desenvolve atividades em escolas privadas.

No ano de 2017 o contingente de inscritos e acompanhados pelos educadores no PDA Recife foi de tres mil setecentos e cinquenta crianças conforme informação do setor administrativo.

Recife é a capital do estado de Pernambuco, localizada no nordeste brasileiro. A cidade é considerada um dos maiores pólos culturais do Brasil, com um grande

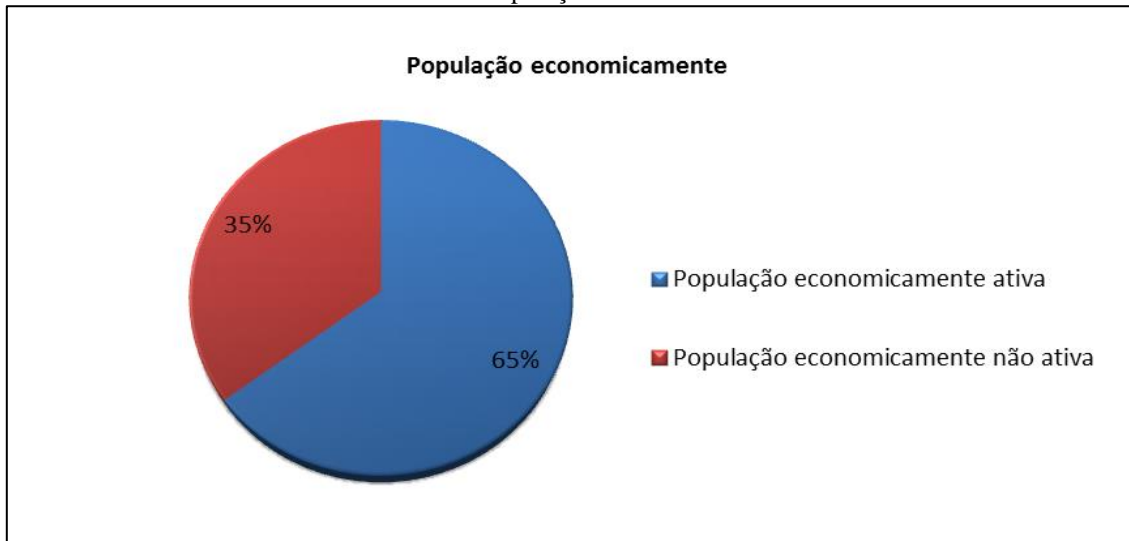


Gráfico 2 - Vulnerabilidade social - Recife



Fonte IBGE, 2017.

Gráfico 3 - População economicamente



Fonte IBGE, 2017.

A forma complexa como as sociedades se organizam e se desenvolvem exigem de todos que delas participam qualificações e competências, perfis e performances para inserção na vida cotidiana, em particular, no mercado de trabalho. E não apenas isso, mas também para o enfrentamento das rápidas mudanças que ocorrem no contexto sociocultural e se impõem na vida pessoal e na coletividade. A educação como meio das mudanças sociais requer uma contínua recontextualização dos sistemas educativos, exigindo novas relações entre a educação formal e a educação não formal e pôr em perspectiva novas parcerias sociais na tarefa de educar e de coordenar projetos educativos institucionais e não institucionais.

#### 4.4. Participantes

Para alcançar os objetivos deste estudo sobre educação não formal e formação de professores, contamos com a participação de professores(as)/educadores(as) e formadores da ONG.

O primeiro contato foi com uma gestora da instituição da área de assessoria pedagógica a quem entregamos nossa carta de apresentação expedida pela UFP (constante na parte de anexos). Expusemos a intenção de desenvolver a investigação na ONG. Apresentamos o projeto aprovado pela UFP e os aspectos éticos do processo investigativo através da Declaração de Consentimento Informado e Esclarecido, e do Termo de Consentimento Informado. Depois de todos os esclarecimentos não restando nenhuma dúvida sobre o processo investigativo, recebemos autorização para sua realização. A assessoria encaminhou meu pedido de utilizar o nome real da ONG ao setor administrativo e obtivemos o consentimento.

Recebemos um convite da instituição, para participarmos de uma formação de coordenadores regionais da VM no programa *Chega de Bullying*. O objetivo foi a formação de multiplicadores para o combate ao bullying escolar. A formação ocorreu na primeira semana do mês de junho. Nesta rica oportunidade, nos apresentamos como investigadora na área da educação não formal e falamos sobre nossos motivos e expectativas no trabalho investigativo na instituição. Nesta oportunidade, agendamos a visita ao PDA Recife para coleta de dados, ficando estabelecido o mês de agosto.

Na primeira visita, fizemos apenas uma entrevista e na visita seguinte fizemos três. Encontramos dificuldades para delimitar o tempo e duração dos encontros presenciais com a maior parte da equipe de campo. Optamos, então, pela coleta de dados via inquérito online. Os endereços de e-mail foram fornecidos pelos próprios participantes. Os convites foram enviados por e-mail juntamente com a Declaração de Consentimento Informado e Esclarecido, e o Termo de Consentimento Informado anexados à mensagem onde falamos da importância da envolvimento e colaboração de todos neste estudo. Foram enviados vinte e três convites no mês de novembro e recebemos o aceite de catorze convidados para os quais enviamos o questionário validado pelos próprios.

#### **4.5. Tipo e Método da investigação**

Esta investigação é do tipo exploratório. Para Gil, (*cit. in* Gerhardt e Silveira 2009)

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e(c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (p. 35).

As investigações exploratórias possibilitam testar a viabilidade e desenvolver métodos para um estudo mais cuidadoso sobre o tema em questão.

É também uma investigação do tipo descritivo. Para Triviños (*cit. in* Gerhardt e Silveira 2009) este tipo de investigação exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade delineando o que é e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação.

Quanto ao método seguiu uma orientação qualitativa e interpretativa, que para Minayo (2010), se aplica ao estudo das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Atua com base em significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, e outras características subjetivas próprias do humano e do social que correspondem às relações, processos ou fenômenos. Para Ludke e André (1986), numa abordagem qualitativa, a teoria vai se construindo e reconstruindo no próprio processo de investigação, o mesmo se dando com os caminhos metodológicos, que vão sendo explicados e redefinidos gradualmente. A análise ocorre paralelamente ao processo, na medida em que o pesquisador seleciona aspectos que devem ser explorados e decide quais os que devem ser abandonados. Assim, as categorias analíticas ou eixos temáticos, podem derivar diretamente da teoria que respalda a investigação ou surgir dos próprios dados sob análise. Para Perez (2011 p. 3), “(...) nessa abordagem os dados coletados são mais descritivos e procuram captar o discurso e a percepção das pessoas sobre a problema ou situação.”

#### 4.6. Metodologia da Investigação

A investigação intitulada “*Educação não formal e formação contínua de professores: um estudo de caso*” buscou conhecer práticas formativas de professores na educação não formal. Consideramos uma investigação importante para contribuir na elucidação de questões que estão sendo levantadas nas produções académicas sobre o campo não formal e a formação dos professores que atuam nesta área.

O procedimento utilizado nesta investigação foi o estudo de caso.

Um procedimento é uma forma de progredir em direção a um objetivo. Expôr o procedimento científico consiste, portanto, em descrever os princípios fundamentais a pôr em prática em qualquer trabalho de investigação. Os métodos não são mais do que formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos e domínios estudados (Quivy e Campehoudt, 1998, p. 25).

Para Gil (2010) o estudo de caso procedimento investigativo utilizado frequentemente na educação. Um estudo de caso pode ser caracterizado como:

Um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social, visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (Fonseca, 2002, *cit. in* Gerhardt e Silveira 2009 p. 39).

O autor ainda afirma que o estudo de caso pode transcorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que busca compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa apenas apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

A técnica escolhida para analisar os dados é a Análise do Discurso que é considerada adequada para a análise dos dados qualitativa.

#### **4.6.1. A Análise do Discurso - AD**

Para Orlandi (2013, p. 15) “(...) é o discurso que torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade onde vive”.

A autora ainda afirma que a AD é descritiva, analítica e reflexiva; não é propositiva. O sujeito deve ressignificar a prática e propor mudanças.

A análise do discurso objetiva realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de textos produzidos em diferentes campos, como, por exemplo, o religioso, o filosófico, jurídico e o sociopolítico. Os pressupostos básicos desta análise podem ser resumidos em dois: (1) o sentido de uma palavra ou de uma expressão não existe em si mesmo; ao contrário, expressa posições ideológicas em jogo no processo sócio histórico no qual as relações são produzidas; (2) toda formação discursiva dissimula, pela pretensão de transparência e dependência, formações ideológicas (Pêcheux, 1988, *cit. in* Gerhardt e Silveira 2009).

Conforme Suassuna (2008) a AD produziu um deslocamento importante, em comparação com as teorias de caráter conteudista: em lugar de perguntar: “*O que este texto quer dizer?*”, ela pergunta: “*Como este texto significa?*”. A autora diz que para responder a esta pergunta, é necessário: i. remeter o texto ao discurso; ii. explicitar a referência deste a uma formação discursiva; iii. relacionar a formação discursiva com a formação ideológica de que deriva. Por isso, pode-se dizer que a AD não visa o texto em si como objeto final de sua descrição, mas como a unidade que lhe permite acessar ao discurso, ou seja, a atenção do analista deve-se voltar para o modo como o discurso se materializa no texto.

Para Fairclough (2001) não há procedimento fixo para se analisar o discurso; a abordagem pode ser de acordo com a natureza do projeto e a respectiva visão de discurso. No nosso caso será feita a análise da formação como prática social da qual o discurso é uma parte.

#### **4.7. Técnica e Instrumentos e de Recolha de Dados**

Para Gerhardt e Silveira (2009) a recolha de dados só deve iniciar após termos problematizado o tema e colocar questões pertinentes a ele que ainda não foram tratadas por outros estudos. No caso da nossa investigação, *Educação não formal e formação de*

*professores: um estudo de caso*, Gohn (2009 p. 4) afirma que “(...) a educação não-formal é uma área carente de pesquisa científica”

Nesta etapa, Gerhardt e Silveira (2009) dizem que o investigador deve definir o que coletar levando em consideração os objetivos propostos. É também importante recortar o campo empírico em um espaço geográfico e social, e num espaço de tempo para determinar a população ou amostra. E por fim estabelecer como coletar, elaborando um instrumento capaz de trazer dados necessários, fidedignos, adequados, submetendo-o a testes antes da aplicação sistemática a fim de assegurar a precisão e operatividade dos dados para então proceder a sua recolha.

Nesta investigação, primeiramente propomos a recolha de dados através de entrevista semiestruturada presencial. Entretanto, tivemos dificuldade de agendamento com os professores(as)/educadore(as) que fazem trabalho de campo pela pouca disponibilidade de tempo. Para não prejudicar o andamento da investigação, mudamos a estratégia de abordagem da população optando pela técnica do inquérito utilizando como instrumento questionário semiestruturado, modelo Google Docs com 20 questões validadas pelos peritos e enviado por e-mail nos meses de novembro e dezembro.

Este instrumento passou por dois pré-testes com 4 dos participantes (2 educadores e 2 formadores) que nos possibilitaram fazer os devidos ajustes. Algumas vantagens deste instrumento é que à medida em que os participantes acessam, respondem e enviam o questionário, os dados são armazenados diretamente numa planilha criada no Excel 2016 na versão online e na versão do computador gerando automaticamente gráficos e tabelas. Além deste benefício,

a pesquisa online pode oferecer uma série de vantagens sobre as demais pesquisas qualitativas. O pesquisador tem a possibilidade de utilizar recursos que, em um processo normal de pesquisa, não seriam possíveis. Além disso, o respondente, por sua vez, recebe estímulos de várias ordens, podendo ser visuais, sonoros etc., que o incentivam a participar. Também pesa a favor do pesquisador a facilidade com que tudo isso é feito e, a favor do respondente, a liberdade de participar quando lhe for mais conveniente (Freitas, 2004, *cit. in* Mendes 2009 p. 3).

A despeito dos benefícios citados acima, a investigação online conforme Mann e Stuart (*cit. in* Mendes 2009) tem alguns limites: i. dificuldades dos informantes em usar a internet; ii. dificuldade de fazer contatos com os informantes, visto que não há uma lista de e-mails disponível à venda; iii. necessidade de relevância da pesquisa para a

vida pessoal ou profissional dos informantes para que a cooperação deles seja solidificada; iv. manutenção do contato eletrônico com os participantes até o final da pesquisa.

Para Mendes (2009) a pesquisa online como possibilidade metodológica da pesquisa qualitativa, permitir lançar mão de uma variedade de técnicas e métodos para entender melhor o tema estudado. Para o autor, entre os pesquisadores que estudam a interação na internet existe a tendência de se combinarem os métodos como exemplo: questionários podem ser seguidos de entrevistas semiestruturadas, que podem também ser combinadas com materiais de registro diário e fontes documentais. Utilizamos também a pesquisa documental.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão e etc. (Fonseca, 2002, *cit. in* Gerardt e Souza 2009).

Os documentos escritos utilizados nesta investigação estão nas referências bibliográficas e os materiais escritos como registros fotográfico e links de vídeos estão nos anexos.

## **CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **5.1. Considerações iniciais**

Nesta investigação, *Educação não formal e formação de professores: estudo de caso*. buscamos identificar práticas formativas de professores(as)/educadores(as): modelos, referenciais teóricos-metodológicos e percepção dos sujeitos envolvidos. O tipo de investigação nos dará uma visão geral sobre o tema e mostrará o potencial para aprofundamento em estudos futuros.

A aproximação da realidade através dos dados qualitativos, sua descrição, interpretação e reflexão é do que se ocupa este capítulo.

### **5.2. Apresentação e Análise Integrada os Dados – Os Discursos Lidos, Ouvidos e Silenciados**

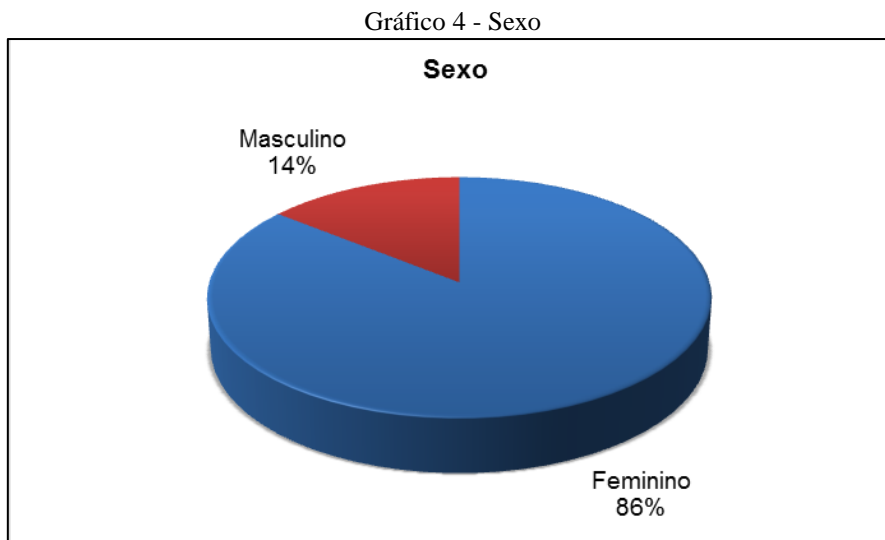
O *corpus* de análise será constituído por eixos temáticos identificados nas respostas dos questionários, na pesquisa documental, e com base nos objetivos propostos da investigação. São eles:

- i. Caracterização dos professores(as)/educadores(as) da educação não formal;
- ii. Concepção de educação não formal;
- iii. Formação contínua de professores(es)/educadores(as) na educação não formal;
- iv. Teorias e metodologias subjacentes às práticas formativas na educação não formal.

#### **i. Caracterização dos professores(as)/educadores(as) da educação não formal**

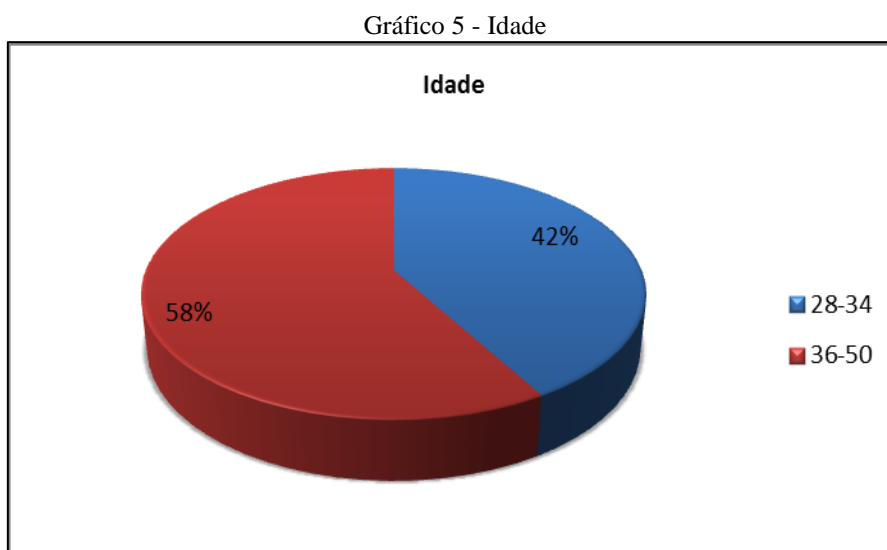
Foram inquiridos catorze profissionais: dez professores (as)/educadores(as) e quatro formadores. A caracterização apresentará o perfil pessoal acadêmico e profissional dos participantes:

Em termos de gênero, o sexo feminino é um diferencial conforme gráfico a seguir:

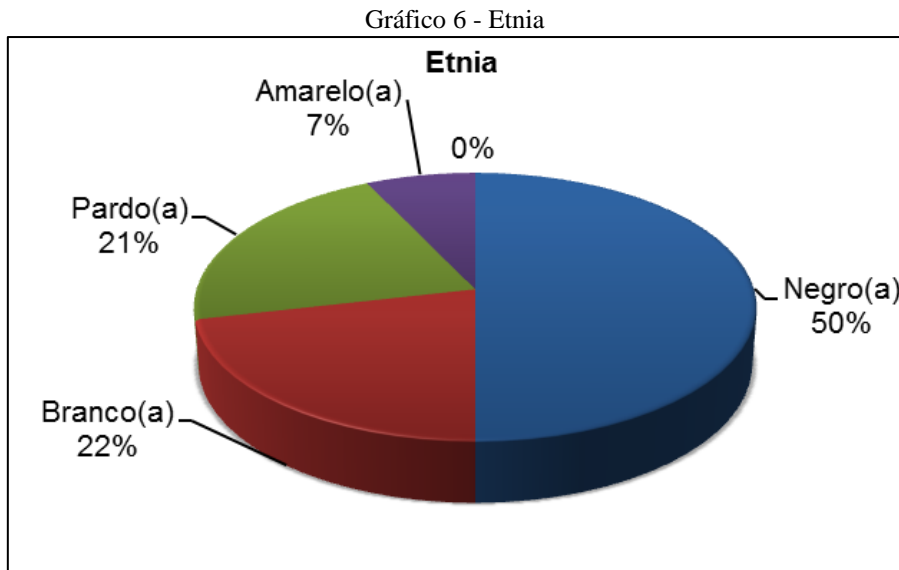


Na nossa cultura, a predominância do sexo feminino no campo da educação, principalmente com crianças, é concebida como vocação inerente; a mulher teria uma natureza mais predisposta a práticas de cuidado e manutenção das relações sociais (Viana 2001). Estas e outras conclusões sobre a feminização na educação, são resultados de estudos no âmbito da educação formal.

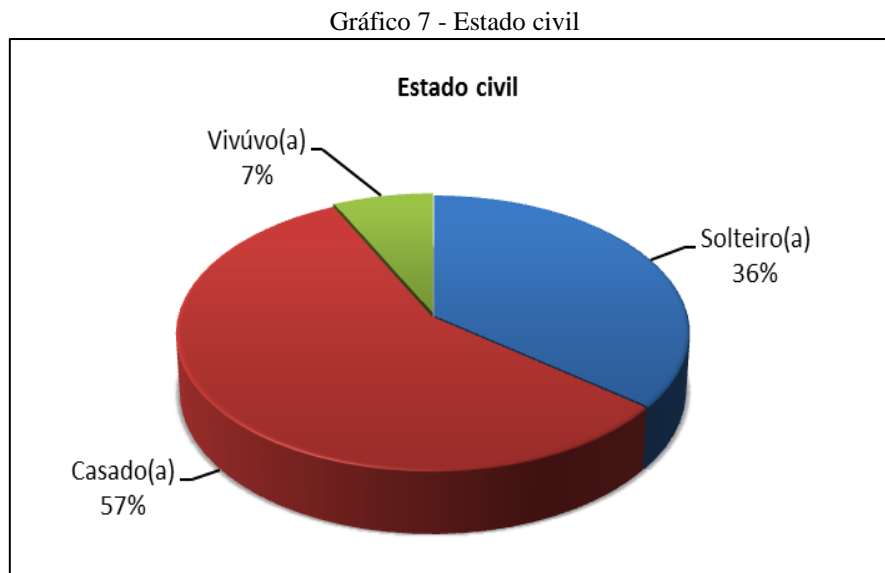
Em relação a idade, o gráfico abaixo demonstra uma população adulta, entre 28 e 50 anos.



Relativo à etnia, os participantes se declararam:



Quanto ao estado civil, o gráfico abaixo apresenta um percentual maior de profissionais, casados:



No que tange à formação acadêmica e profissional o quadro abaixo apresenta os seguintes dados:

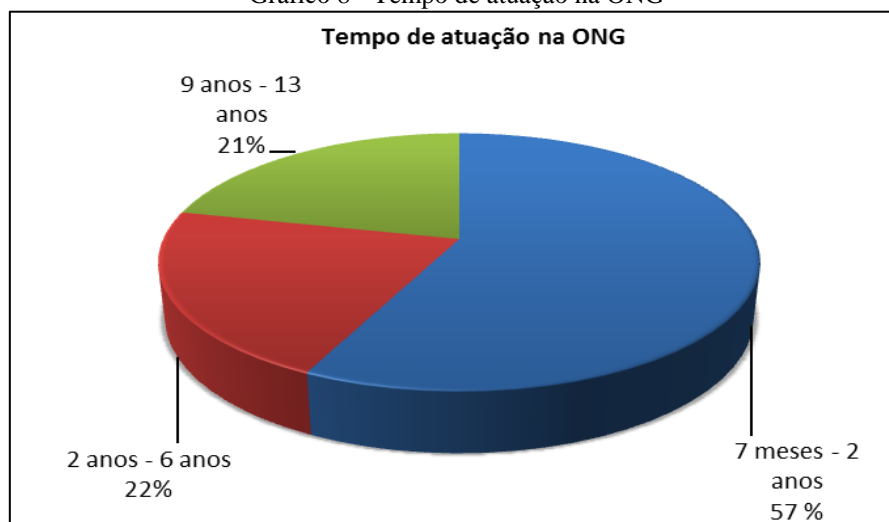
Quadro 3 - Formação acadêmica

Participantes	Formação	Curso	Função na ONG
P1	Superior completo	Pedagogia	Educador(a) Social
P2	Especialização	Pedagogia	Educador(a) Social
P3	Superior incompleto	Pedagogia	Educador(a) Social
P4	Superior completo	Educação	Educador(a) Social
P5	Superior completo	Economia Doméstica	Educador(a) Social
P6	Especialização	Letras Licenciatura	Educador(a) Social
P7	Superior completo	Pedagogia	Educador(a) Social
P8	Ensino Médio, outros	Capacitações	Educador(a) Social
P9	Superior incompleto	Administração de empresas	Educador(a) Social
P10	Superior incompleto	Pedagogia	Educador(a) Social
P11	Especialização	Pedagogia	Assessoria Pedagógica
P12	Especialização	Direito	Coord. de Projeto
P13	Superior completo	Pedagogia	Coord. Pedagógica
P14	Superior completo	Comunicação Social	Coord. Pedagógica

Dos inquiridos, 10 têm curso superior completo, 3 possuem superior incompleto e 1 tem o curso Normal Médio. Os profissionais são predominantemente oriundos de cursos de formação de professores. Entretanto, uma das principais carências apontadas por Gohn (2006) é a formação específica de educadores a partir da definição de seu papel e as atividades a realizar no campo não formal.

Na questão tempo de atuação na ONG, a maioria dos participantes têm um tempo menor de atuação:

Gráfico 8 - Tempo de atuação na ONG



Consideramos interessante para nossa investigação saber como os participantes percebem sua formação para atuar na educação não formal:

Quadro 4 - Formação para atuar na educação não formal

Participantes	Curso	Atuação da educação não formal	Formação específica para educação não formal
P1	Pedagogia	Não	Tenho boa formação
P2	Pedagogia	Sim	Tenho formação insuficiente
P3	Pedagogia	Não	Tenho boa formação
P4	Pedagogia	Sim	Tenho boa formação
P5	Economia Doméstica	Não	Tenho boa formação
P6	Letras Licenciatura	Sim	Não tenho formação
P7	Pedagogia	Não	Tenho boa formação
P8	Normal Médio e Capacitações	Sim	Tenho formação insuficiente
P9	Administração de empresas	Não	Tenho formação insuficiente
P10	Pedagogia	Não	Tenho formação insuficiente
P11	Pedagogia	Sim	Tenho boa formação
P12	Direito	Não	Tenho boa formação
P13	Pedagogia	Não	Tenho boa formação
P14	Comunicação Social	Não	Tenho boa formação

Nove participantes, responderam ter boa formação para educação não formal. Quatro participantes pensam ter formação insuficiente e um profissional afirmou não ter formação específica.

Conforme Freire (1983, *cit. in* Gohn 2006), o trabalho do educador social se constrói a partir de diagnósticos de problemas e necessidades, elaboração de propostas de trabalho, e desenvolvimento de processos participativos de grupos ou comunidade. Ainda de acordo Gohn (2006) o educador social deve ter princípios, métodos e metodologias de trabalho. Para a autora isto supõe fundamentos teóricos e ações práticas: atividades, etapas, métodos, ferramentas, instrumentos e etc. Este arcabouço teórico e prático comum a qualquer prática educativa está na base da formação de professores.

O perfil do educador social, tanto na bibliografia consultada como nos discursos falados, é construído numa contraposição ao perfil do “professor” tradicionalmente engajado na educação formal. A pedagogia progressista descreveu o professor como

oprimido (pelo macrossistema educacional) e opressor (na sala de aula). Para Gohn (2006) o professor é o outro: “(...) o educador social”, que atua sobre os fundamentos da horizontalidade, da ética e a solidariedade.

Definir o educador social pelo que ele é um desafio tal qual definir a educação não formal pelo que ela é. Gohn (2014) considera a educação não formal um campo em disputa, sendo necessário fazer distinções e demarcar as diferenças em cada campo educacional. Pode ocorrer que o termo educador social seja um dos elementos constitutivos do campo não formal. É um caminho em busca da legitimação e reconhecimento social. Para Fairclough (2001, p. 22),

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades ou relações sociais, elas as constroem ou as constituem; diferentes discursos constituem entidades chaves (como cidadania, educador social etc.) de diferentes modos e posicionam as de diversas maneiras como sujeitos sociais.

## **ii. Caracterização da educação não formal**

A educação não formal, no pensamento dos inquiridos é aquela que ocorre “fora do sistema tradicional” (P13). “no cotidiano, nas vivências e nas ações desenvolvidas por organizações do terceiro setor” (P11).

“Não há conteúdos prontos. O professor é facilitador” (P10), conforme o pensamento de Freire (2011). Em seu livro *Pedagogia da Autonomia* ele diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas abrir as janelas para o conhecimento” (P10). “Os temas trabalhados são mais voltados para problemática social” (P4) “e podem derivar da família, sociedade” (P1) e “dos temas transversais, constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, (P12) de forma contextualizada à realidade de cada local (P5).

Os participantes dizem que a educação não formal tem “outras estratégias para os educandos” (P6) “e uma visão holística do ser humano” (P3). “Desenvolve atividades lúdicas, culturais, esportivas, de formação sociopolítica por organizações do terceiro setor e outras instituições” (P11).

A educação não formal executa atividades de caráter complementar à educação formal (P8) e (P14).

Todas as respostas estão associadas ao referencial teórico levantado. A construção do campo não formal em resposta à crise do sistema tradicional de ensino de acordo com Trilla (1996), ocorrendo, portanto, fora dele. A gênese nos movimentos sociais, cujo referencial é Paulo Freire, propõe uma ênfase maior nas problemáticas sociais e temas contextualizados à realidade local para gerar aprendizagens. Falam de outras estratégias para os educandos, de uma visão integral destes, e das atividades desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil.

A educação não formal foi considerada de caráter complementar nas respostas de 2 dos inquiridos: (P14 e P8). Garcia (2009), em sua tese de doutoramento, fala da complexidade desta questão. Por que para crianças, jovens e adultos das classes dominantes a educação não formal é uma educação a mais (um sentido de extensão), e para as crianças, jovens e adultos das classes populares é vista como uma educação compensatória, como educação complementar?

### **iii. Concepção de formação contínua na educação não formal**

Quando falamos em formação contínua grande parte deste processo está na educação escolar (Gatti e Siqueira, 2009). Na educação não formal, segundo as autoras, as ONG estão entre as que ofertam este tipo de formação, mas estatísticas mostram que os educadores sociais não têm número representativo entre os participantes.

No pensamento dos inquiridos a formação contínua é “um processo constante” (P11) que ocorre “no dia a dia” (P4), “em todo o tempo de atuação profissional” (P13).

A formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica do conhecimento que se quer aprender (Alvarado-Prada, Freitas, T. e Freitas, C., 2010, p. 369).

Para os educadores (as)/formadores(as), formação contínua é procurar se capacitar (P12), buscar conhecimento, construir novos saberes, aperfeiçoar o exercício da profissão, melhorar as ferramentas e práticas pedagógicas, ampliar competências e adquirir experiência (P2), (P6) e (P8). O formador se percebe como sujeito – Eu faço formação contínua – e agente da formação – para treinar pessoas, direcionar a intervenção e produzir material para formação de outras pessoas (P11). Para outro formador, formação contínua “é fortalecer a formação inicial” (P13).

Outros afirmaram que a formação deve abranger experiências vivenciadas, inovações pedagógicas, tecnologias, conteúdo do trabalho, saberes de diversas áreas do conhecimento com métodos variados, envolvendo pessoas e organizações do contexto onde se trabalha.

Alvarado-Prada, Freitas T e Freitas C (2010) afirmam que, em um campo em construção como a educação não formal, todos, sem exceção, devem tomar consciência de todas estas dimensões e incorporar ao seu desenvolvimento individual e coletivo. A tomada de consciência dos conhecimentos e as relações que os constituem, depende de fatores históricos de cada pessoa, de fatores sociais cujas interações acontecem nos diversos contextos da cultura humana, das teceduras dessas relações de que cada pessoa e os coletivos fazem parte.

Vários autores alertam sobre o risco de focar na dimensão técnica da formação, conferindo-lhe um caráter meramente instrumental. A ausência de fundamentos ideológicos, políticos, sociais, epistemológicos e filosófico, compromete o processo formativo, a criticidade e a visão holística do professor(a)/educador(a) na sua prática pedagógica.

#### **iv. Práticas formativas vivenciadas, bases teóricas e metodologias.**

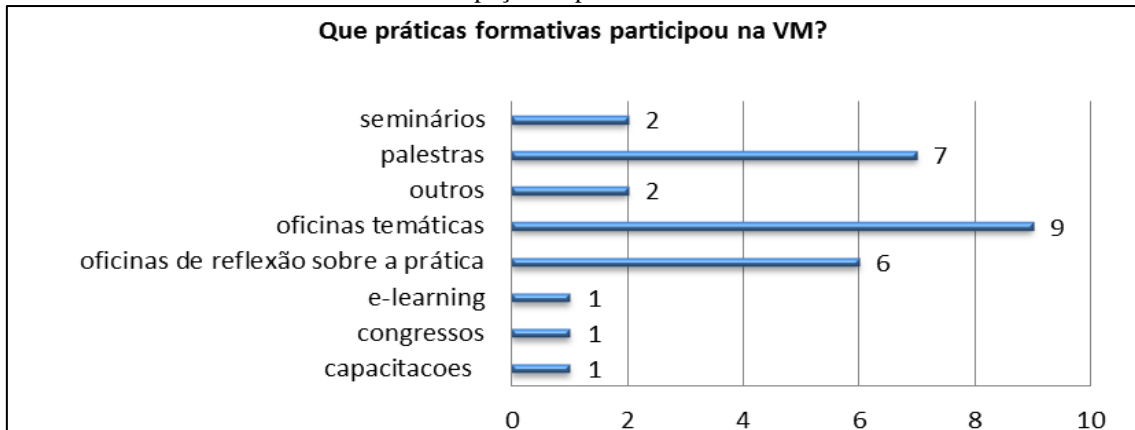
Consideramos prática formativas na educação não formal as vivências dos professores(as)/educadores(as) no exercício profissional, em formas, atividades e eventos desenvolvidos em consonância com o os programas e projetos de educação não formais. Pimenta e Lima (*cit. in* Nakashato 2009) nos traz o entendimento que:

A formação passa sempre pela mobilização de vários tipos de saberes: saberes de uma prática reflexiva, saberes de uma teoria especializada, saberes de uma militância pedagógica, o que coloca os elementos para produzir a profissão docente, dotando-a de saberes específicos que não são únicos no sentido que não compõem um corpo acabado de conhecimentos, pois os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais, mas comportam situações problemáticas que requerem decisões num terreno de grande complexidade, incerteza, singularidade e conflito de valores. Consequentemente, trata-se de pensar a formação do professor, com o um projeto único, englobando a inicial e a contínua. (p. 85)

Para Freire (1998), uma prática formativa pressupõe formar um profissional autônomo.

Os participantes assinalaram a participação nas seguintes modalidades:

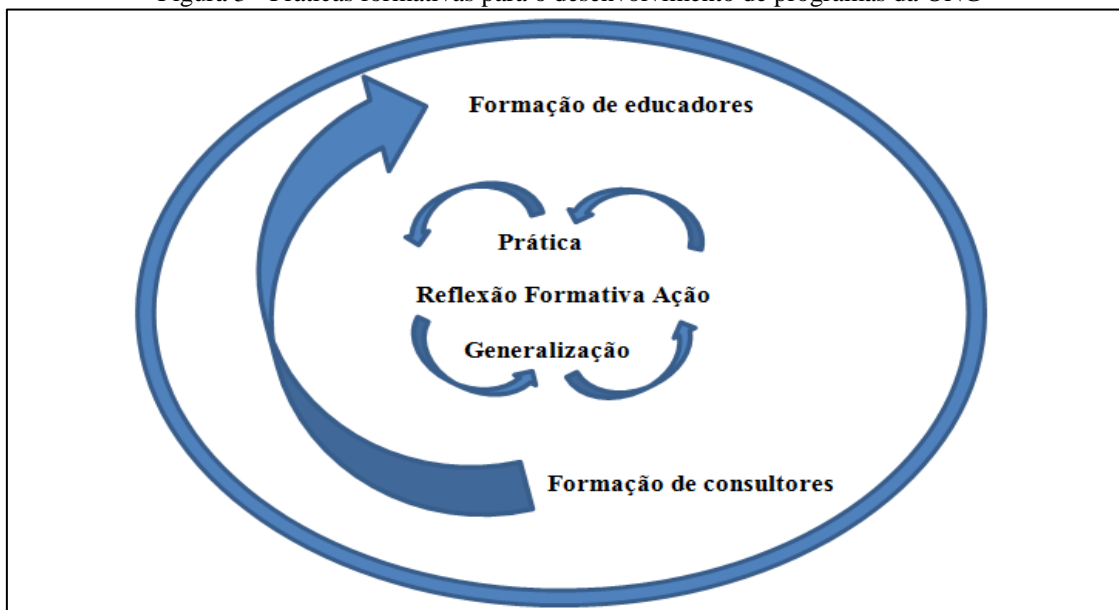
Gráfico 9 - Participação de práticas formativas na VM



Palestras, oficinas temáticas e as oficinas de reflexão sobre a prática são as atividades mais utilizadas para formação continuada no contexto da ONG.

O modelo de formação oficinas de reflexão sobre a prática surgiu a partir da ideia de formação contínua como desenvolvimento profissional de professores (Gatti e Siqueira, 2009). Esta prática é amplamente aceita e difundida na literatura educacional. As metodologias são diversificadas. Os temas são apresentados e refletidos através de exposição oral, vídeos, textos falados, dramatizados e cantados, psicodrama, arte coletiva, dinâmicas de grupo, diários, murais. As práticas formativas para o desenvolvimento de programas da ONG têm um ciclo conforme figura abaixo

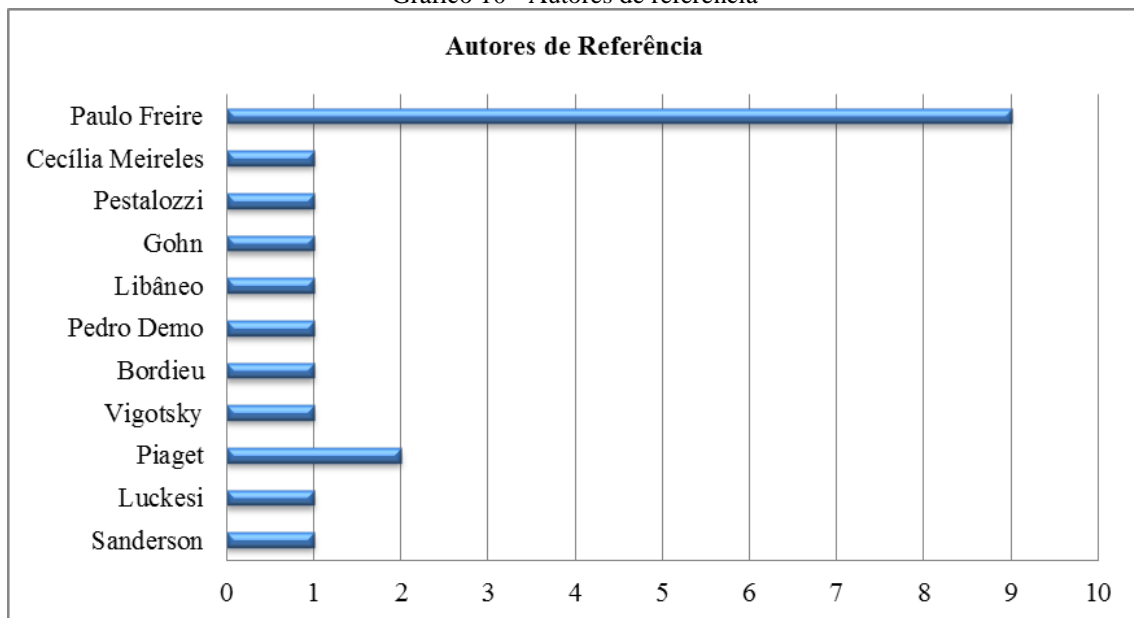
Figura 3 - Práticas formativas para o desenvolvimento de programas da ONG



Para Freire (2001) o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre a teoria e a prática. O autor considera a reflexão como movimento realizado entre o fazer e o pensar, entre o pensar o fazer que transforma a curiosidade ingênua em crítica. Assim, a reflexão crítica constante deve se constituir como orientação prioritária para a formação continuada de professores/educadores que buscam a transformação através de sua prática educativa.

Na nossa investigação inquirimos os participantes de modo a saber sobre as teorias que embasam a formação de cada um e conseqüentemente influenciam as práticas pedagógicas. Os autores citados foram:

Gráfico 10 - Autores de referência



Paulo Freire foi o autor mais citado entre os educadores(as) e única opção para 4 dos inquiridos. Educador conhecido em todo o mundo pelo movimento crítico da pedagogia e criador da pedagogia do oprimido, Freire está na base dos movimentos sociais no Brasil e de todo trabalho educativo que visa transformação social. Libâneo é um importante teórico progressista brasileiro, da década de 90 até a atualidade, que articula uma reflexão crítica sobre a natureza histórico social dos conteúdos de ensino e a própria didática de transmissão destes conhecimentos na escola. Pestalozzi e Sanderson são teóricos do movimento Escola Nova, que, segundo Gadotti (2004), marcou o início do processo de autonomia do pensamento pedagógico brasileiro a partir da década de 30. Piaget, e Vigotsky contribuem com teorias sobre como os seres humanos aprendem. Luckesi é um teórico da avaliação educacional. Pedro Demo trata

das questões da qualidade da educação na perspectiva escolar. Para o autor, o professor tem o papel principal para alcançar esta qualidade. Gohn, citada uma única vez, é a principal pesquisadora brasileira da atualidade na área da educação não formal.

## **CAPÍTULO VI – PROPOSTA DE PROJETO DE INTERVENÇÃO**

Com os resultados obtidos na pesquisa, apresentamos uma proposta de intervenção para contribuir com o processo de formação contínua com a criação de um fórum digital, para publicação de experiências de formação contínua da ONG, e publicação de textos de diversos autores que possam fomentar e orientar as reflexões e discussões na área da educação não formal.

Para tornar possível este projeto que poderá trazer melhorias para o processo formativo e conseqüentemente para as práticas pedagógicas, torna-se necessário obter informações mais detalhadas sobre as atividades de ensino realizadas nos espaços de atuação da ONG, o programa de formação contínua em curso, os fatores de motivação dos professores(as)/educadores(as) para participar das práticas formativas, o acesso e uso de ferramentas digitais para este fim. Isto se fará através de inquérito por questionário com todos os envolvidos no processo formativo: coordenadores, assessora pedagógica e professores(as) / educadores (as) sociais.

A segunda etapa será verificar os recursos disponíveis ou ausentes para criar um banco de endereços eletrônicos de todos os envolvidos no processo formativo e um banco de textos que fundamentem reflexões e discussões nas mais variadas dimensões: técnica, ideológica, política, social, epistemológica e filosófica.

Na etapa seguinte será feito um encontro para apresentar o resultado da coleta de dados, ouvir sugestões e escolher um provedor da internet para criação de um fórum sobre práticas formativas de professores (as) /educadores(as) da ONG.

Finalmente, o fórum será aberto em março de 2019.

### **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO FÓRUM SOBRE PRÁTICAS FORMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

#### **1. Antecedentes**

Dados de nossa investigação sobre a formação de professores na educação não formal revelou pouca adesão dos profissionais deste campo nas atividades formativas (Gatti e Siqueira, 2009). Os dados coletados no campo empírico revelou também uma grande carência na maior parte dos participantes do domínio dos fundamentos teóricos necessários para embasamento da prática. A construção dos saberes dos professores (as)/educadores(as) da educação não formal, de acordo com resultados de estudos na área, se constrói na experiência, através de uma formação prática e reflexiva. A reflexão deve ser pautada na diversidade de teorias acerca do tema educação não formal e seus aspectos filosóficos, sociais, epistemológicos, ideológicos e políticos. Para Freire (2001) o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre a teoria e a prática; este é um princípio fundamental para o bom

funcionamento de todo e qualquer projeto formativo, para formação de um profissional crítico e autônomo.

Temos por certo que um instrumento de formação numa perspectiva participativa, poderá contribuir para melhoria dos processos formativos de professores(as) /educadores (as) sociais.

<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientizar a equipe pedagógica da ONG VM sobre a importância de trocar suas experiências formativas e práticas pedagógicas.</li> <li>• Criar um fórum virtual interativo entre os envolvidos no processo formativo de professores(as)/educadores(as) da ONG possam partilhar experiências das práticas formativas, das práticas pedagógicas e textos variados para reflexão sobre as atividades.</li> <li>• Propor agenda de encontros nas etapas pré e pós lançamento do fórum.</li> <li>• Monitorar e avaliar as atividades do fórum virtual</li> </ul>		
Ações	Atividades	Responsável	Período
Encontro com a assessoria pedagógica	Apresentação do projeto de intervenção e estabelecimento de data das próximas ações	Investigadora Assessora pedagógica	Agosto de 2018.
Encontro com equipe pedagógica	Apresentação dos resultados da investigação e do projeto de intervenção	Assessora pedagógica	A definir
Levantamento de Informações	<p>Inquérito por questionário sobre</p> <p>Atividades de ensino realizadas nos espaços de atuação da ONG.</p> <p>Programa institucional de formação contínua em curso (e referências bibliográficas)</p> <p>Fatores de motivação dos professores(as)/educadores(as) para participar das práticas formativas</p> <p>Acesso e uso de ferramentas digitais</p>	Equipe Pedagógica	A definir
Tratamento e classificação dos dados	Verificar carências e disponibilidade de recursos para criação do fórum	Investigadora	
Encontro com equipe pedagógica	Apresentação dos dados levantados. Escolha do provedor da internet para criação do fórum. Criação de indicadores de avaliação do fórum	Investigadora e Assessora Pedagógica	A definir
Abertura do Fórum	Cadastramento dos participantes	Investigadora	Março de 2019

Monitoramento e avaliação do fórum	Registos	Equipe pedagógica	A definir
------------------------------------	----------	-------------------	-----------

A avaliação é uma parte essencial de um projeto e será feita por meio do monitoramento da participação da equipe pedagógica nas atividades do fórum. Este monitoramento será feito assessora pedagógica ou por quem ela indicar.

## **CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As organizações da sociedade civil, entre elas a ONG que constituímos como campo empírico, desempenham um papel educativo importante na sociedade, desenvolvendo metodologias diversas em espaços comunitários, nas ruas e no interior de escolas no esforço de resgatar e fortalecer a cidadania. As atividades pedagógicas podem ser por iniciativa das próprias organizações ou por delegação do poder público. Mediante isso, investigações na área da educação não formal começaram a tomar corpo no Brasil a partir da metade do século XXI.

Nesta investigação, a pergunta de partida foi: *Que práticas formativas se identificam na educação não formal e que referenciais teóricos metodológicos embasam as práticas?* Para encontrar a resposta estabelecemos três objetivos processuais: identificar práticas formativas de professores na educação não formal e seus referenciais teóricos metodológicos, traçar o perfil dos professores (as) /educadores (as) e formadores e analisar as percepções dos sujeitos da formação contínua no espaço não formal.

A revisão de literatura e as respostas dos participantes constituem parte dos discursos que estão produzindo efeitos sobre a identidade social da educação não formal, as relações e os sistemas de crenças e conhecimentos deste campo em construção. Segundo Fairclough (2001) nenhuma destas relações é normalmente aparente para os participantes.

A formação contínua é expressa como um processo multidimensional no conjunto das respostas. Porém, analisando as respostas individuais percebemos a necessidade de uma tomada de consciência da multidimensionalidade do processo formativo pelos professores (as)/ educadores (as) sociais de forma individualizada.

As práticas formativas predominantes na ONG seguem a orientação da literatura sobre o assunto, que apontam as práticas reflexivas como as mais apropriadas para a educação que tem por finalidade a transformação social.

Paulo Freire é apontado como teórico de referência para a maioria dos professores (as)/educadores(as). Embora a educação popular, difundida por Freire, esteja na base das práticas não formais, os fundamentos ideológicos, políticos, sociais,

epistemológicos e filosóficos precisam ser ampliados e aprofundados através de leituras de outros teóricos, principalmente de fontes que tratam da educação não formal na atualidade, a fim de desenvolver uma maior criticidade e ampliar a visão holística do professor (a)/educador(a) e sua formação.

Todos os objetivos foram plenamente alcançados. Foi possível caracterizar o perfil dos participantes, identificar as práticas formativas no contexto da ONG Visão Mundial, levantar os teóricos e metodologias que embasam a prática. Sabemos que tanto os dados quanto os resultados das investigações se delimitam em um espaço e tempo definidos, tendo um caráter mais ou menos transitório.

Concordamos que a investigação é a forma através da qual uma área do conhecimento vai se constituindo como campo

### **7.1. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO**

Podemos considerar a escassez de material na área de formação de professores na educação não formal como a primeira dificuldade encontrada na seleção de material para revisão de literatura. A segunda dificuldade foi o acesso à maioria dos professores (as) / educadores (as) em serviço para realização das entrevistas (consequimos realizar apenas cinco em dois meses), pelo fato de trabalharem em comunidades externas à sede do PDA e ao final das atividades, deslocarem-se direto para suas residências. Então foi necessário modificar a técnica e adaptar o instrumento validado pelos peritos para inquérito por questionário online tornando o processo de recolha de dados mais longo. Dos entrevistados no primeiro momento, dois não se dispuseram a utilizar o novo instrumento. Consequimos a adesão de um número de participantes menor que o esperado.

### **7.2. CONTRIBUIÇÃO DA INVESTIGAÇÃO**

Todo resultado de pesquisas pode contribuir direta ou indiretamente para produzir mudanças no contexto mais amplo; neste caso, contribuir com a melhoria dos processos de formação contínua e conseqüentemente, a melhoria das práticas pedagógicas não formais desenvolvidas pelos professores (as/educadores(as) nos espaços e territórios onde a ONG investigada ou qualquer outra entidade social atua.

Nesta investigação, os dados levantados na literatura trazem subsídios sobre as especificidades do campo não formal, o perfil dos professores(as)/ educadores(as) da educação não formal, os objetivos das práticas pedagógicas próprias deste campo e os resultados esperados. Através das respostas dos inquiridos foi possível perceber lacunas, principalmente de embasamento teórico, que devem ser trabalhadas para que os fins da educação não formal e os objetivos do trabalho educativo neste contexto sejam alcançados.

A investigação também traz sua contribuição para futuras investigações ou utilização do conteúdo para pesquisas em andamento para comprovação de hipóteses ou reformulação de ideias.

## REFERÊNCIAS

Alvarado-Prada, L. E., Freitas, T. C. e Freitas, C. A. (2010). Formação Continuada de Professores: Alguns Conceitos, Interesses, Necessidades e Propostas. *Revista Diálogo Educacional*, 10(30), pp. 367-387. [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/2464/2368>>. [Consultado em 12/06/2017].

Alvarenga, M. S. (2008). A Formação dos Alfabetizadores das Classes Populares: Um Experiência no Programa Brasil Alfabetiza. *Olhar de Professor*, 11, pp. 327-338.

Andrade, E. e Tasel, B. B. (2016). "(...) Formação Continuada de Professores(as): Possibilidades de Pensar este Processo Formativo a Partir da Análise da Realidade do Brasil e de Portugal". *11ª Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED Sul*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.escavador.com/sobre/3340052/elisabete-andrade>>. [Consultado em 23/11/2017].

Brasil. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. [Em linha]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. [Consultado em 14/04/2017].

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Emendas Constitucionais de Revisão. [Em linha]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Consultado em 12/04/2017.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

Freire, P. (1984). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1974). *Educação como Prática da Liberdade*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.

Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade: e Outros Escritos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Freire, P. (1998). *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa*. 8ª ed. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Freire, P. (2001). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP.

Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. Ed. São Paulo, Paz e Terra.

Gadotti, M. (2004). *História das Ideias Pedagógicas*. 8ª ed. São Paulo: Cortez.

Gadotti, M. (2005). A Questão da Educação Formal/Não-Formal. *Sion (Suisse)*, pp. 1-11 [Em linha]. Disponível em <[http://www.virtual.ufc.br/solar/aula\\_link/llpt/A\\_a\\_H/estrutura\\_politica\\_gestao\\_organizacional/aula\\_01/imagens/01/Educacao\\_Formal\\_Nao\\_Formal\\_2005.pdf](http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf)>. [Consultado em 12/03/2017].

Garcia, V. A. (2009). *A Educação não Formal Como Acontecimento*. [Tese]. Faculdade de Educação, Campinas-SP.

Garcia, V. A. (2013). *O Papel do Social e da Educação Não-Formal nas Discussões e Ações Educacionais*. [Em linha]. Disponível em <[http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa\\_8\\_texto\\_valeria.pdf](http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/09/mesa_8_texto_valeria.pdf)>. [Consultado em 26/02/2017].

Gatti, B. A. e Siqueira, A. S. B. (2009). *Professores no Brasil: Impasses e Desafios*. Brasília, UNESCO.

Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. [Em linha]. Disponível em <[www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf](http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf)>. [Consultado em 15/02/2018].

Ghanem, E. Trilla, J. 2008, *Educação Formal e Não-formal*. São Paulo: Editora Summus.

Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo, Atlas.

Gohn, M. G. (1999). *Educação Não-formal e Cultura Política: Impactos Sobre o Associativismo do Terceiro Setor*. São Paulo, Cortez.

Gohn, M. G. (2000). *Os Sem-terra, ONGs e Cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.

Gohn, M. G. (2006). *Educação não Formal na Pedagogia Social*. [Em linha]. Disponível Em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000009200600010003&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000009200600010003&script=sci_arttext)>. [Consultado em 10/02/2018].

Gohn, M. G. (2009). Educação não Formal e o Educado(a) Social e Projetos Sociais de Inclusão Social. *Revista Meta: Avaliação*, 1(1), pp. 28-43 jan./abr. [Em linha]. Disponível em <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1>. [Consultado em 21/02/2018].

Gohn, M. G. (2010). *Educação Não-Formal e o Educador Social: Atuação no Desenvolvimento de Projetos Sociais*. São Paulo, Cortez.

Gohn, M. G. M. (2014). *Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos*. [Em linha]. Disponível em <[https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf)>. [Consultado em 21/02/2018].

Inglesi, A. S. e Semeghini-Siqueira, I. (2011). A Leitura nas Organizações não Governamentais e Inter-relações com a Escola Pública. *Educação e Pesquisa*, 37(2), mai./ago. pp. 321-338. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a08.pdf>>. [Consultado em 22/05/2017].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). *População*. [Em linha]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/panorama>>. [Consultado em 22/12/2017].

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. (1971). Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. [Em linha]. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. [Consultado em 28/03/2017].

Libâneo, J. C. (2010). *Pedagogia e Pedagogos para Quê?* São Paulo, Cortez.

Libardoni, M. (2000). *Fundamentos Teóricos E Visão Estratégica da Advocacy*. [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/11936/11202>>. [Consultado em 22 out. 2017].

Ludke, M. e André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU.

Machado, A. M. B. (2012). O Percurso Histórico Das Ongs No Brasil: Perspectivas e Desafios no Campo da Educação Popular. 9º *Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. [Em linha]. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf)>. [Consultado em 14/12 /2017].

Machado, J. B. (2013). *As Experiências Formadoras da Docência: Estudo das Trajetórias Formativas de Professores-Cursistas do Curso PEAD/UFRGS*. [Tese] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. [Em linha]. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72134/000882236.pdf?sequence=1>>. [Consultado em 22/01/2017].

Marques, J. B. V. e Freitas, D. D. (2017). Fatores de Caracterização da Educação não Formal: uma Revisão de Literatura. *Educação e Pesquisa*. *Educação Pesquisa*, 43(4), pp.1087-1110. out./dez. [Em linha]. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201701151678>>. [Consultado em 27/11/2017].

Martins, R. X. (2013). *Metodologia de Pesquisa: Guia de Estudos*. Lavras, UFLA.

Mendes, C. M. (2009). A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Hipertextos revista digital*. (2), jan, pp. 1-9. Jan. [Em linha].

Disponível <<http://www.hipertextus.net/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf>>. [Consultado em 03/02/2018].

Minayo, M. C. S. (2010). *Pesquisa Social: Teoria Método e Criatividade*. 29ª ed. Petrópolis, Vozes.

Nakashato, G. (2009). *A educação não formal como campo de estágio: contribuição na formação inicial do arte-educador*. [Dissertação]. Universidade Estadual Paulista. [Em linha]. Disponível em <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86916/nakashato\\_g\\_me\\_ia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86916/nakashato_g_me_ia.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> [Consultado em 24/02/2018].

Niradi, P. G. (2004). *Educação não Formal, ONGs e Terceiro Setor: Práticas e Paradigmas do CEDAP*. [Dissertação]. Universidade Estadual de Campinas. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252008>>. [Consultado em 14/07/2017].

Nóvoa, A. (1999). Os Professores na Virada do Milênio: do Excesso dos Discursos à Pobreza das Práticas. *Educação e Pesquisa*, 25(1), pp. 11-20. [Em linha]. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97021999000100002>>. [Consultado em 14/07/2017].

Orlandi, E. P. (2013). *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas-SP, Pontes.

Paoli, M. C. (2002). Empresas e Responsabilidade Social: Os Enredamentos da Cidadania no Brasil. In: Santos, B. S. (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 373-418.

Perez, D. (2009). *Formação de Professores para ONG's*. [Tese]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. [Em linha]. Disponível em <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/10126>>. [Consultado em 12/12/2017].

Perez, D. (2011). *Formação de Professores para a Educação Não Formal Realizada por ONGs*. [Em linha]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/8815889-Formacao-de>

professores-para-a-educacao-nao-formal-realizada-por-ongs.html>. [Consultado em 26/04/2017].

Platão (1956). *Oeuvres Complètes*. Paris: Les Belles Lettres. (Collection des Universités de France).

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. [Em linha]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. [Consultado em 17/04/2017].

Roldão, M. D. C. (2007). Função Docente: Natureza e Construção do Conhecimento Profissional. In: *Revista Brasileira de Educação*, 12(34), jan./abr. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a08v1234>>. [Consultado em 03/08/2017].

Santos, W. G. (1987). *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.

Schön, D. (2000). *Educando o Profissional Reflexivo*. Porto Alegre: Artmed.

Suassuna, L. (2008). Pesquisa Qualitativa em Educação e Linguagem: Histórico E Validação do Paradigma Indiciário. *Revista Perspectiva*, 26(1), pp. 341-377, jan./jun. [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/%20article/viewFile/10310/9576>>. [Consultado em 22/04/2017].

Tozoni-Reis, M. F. C. (2010). *A Pesquisa e a Construção de Conhecimentos*. [Em linha]. Disponível em <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/195/3/01d10a03.pdf>>. [Consultado 11/09/2017].

Trilla, J. (1996). *La Educación Fuera deLa Escuela: Ámbitos no Formales Y Educación Social*. Barcelona, Ariel.

Trilla, J. (2008). A educação não formal. In: Arantes, V. A. (Org.). *Educação Formal e Não Formal: Pontos e Contrapontos*. São Paulo, Summus, pp. 15-55.

Viana, C. P. (2001). O Sexo e o Gênero da Docência. *Cadernos Pagu*, 18(2), pp. 81-103. [Em linha]. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03.pdf>>. [Consultado em 14/04/2017].

Visão Mundial. *Educação*. (2017). [Em linha]. Disponível em <<https://www.visaomundial.org.br/content/educa%C3%A7%C3%A3o>>. [Consultado em 20/10/2017].

## APÊNDICE 1 – Visita VM

**Disponibilidade de agenda**

**AF** **Andrea Freire**  
Bom dia, Tudo bem? Verifiquei minha agenda e poderia me reunir com você no dia 19 ou 21...  
Sex 09/06/2017, 10:40


**Roni Sant**  
Paz **Andrea**, boa noite Confirmando minha ida ao escritório para nossa entrevista dia 21, quarta...  
Sex 16/06/2017, 21:44


**AF** **Andrea Freire** <**Andrea\_Freire@wvi.org**>  
Seg 19/06/2017, 09:16  
Você; ✓

Obrigada! Estarei aguardando.

Abraços,  
**Andrea Freire** | Assessora de Educação e Participação | Diretoria de Operações  
55 81 99800 2323 | **Andrea\_Freire@wvi.org** | Skype: deacousseiro |  
[[www.visaomundial.org.br](http://www.visaomundial.org.br)][www.visaomundial.org.br](http://www.visaomundial.org.br)

A Visão Mundial é uma organização não governamental humanitária cristã, que dedica todos os esforços para contribuir com o bem-estar de crianças, adolescentes e jovens que vivem nas comunidades mais pobres do nosso país.

  
Visão Mundial  
Pelos crianças

 **It takes a world**

## APÊNDICE 2 – Autorização VM

### Autorização - Dissertação de mestrado da Pastora Ronilze da Silva



Andrea Freire <Andrea\_Freire@wvi.org>

Qui 22/06/2017, 13:38

Você; ↕



Boa tarde Pra Ronilze,

Segue email da Gerente de RH da Visão Mundial autorizando a divulgação do nome da Visão Mundial em sua dissertação de mestrado.

Abraços,

----- Repassado por Andrea Freire/BRAO/LCRO/WorldVision em 22/06/2017 13:12 -----

De: Danubia Carvalho/BRAO/LCRO/WorldVision

Para: Andrea Freire/BRAO/LCRO/WorldVision@WorldVision,

Data: 21/06/2017 16:12

Assunto: Re: Autorização - Dissertação de mestrado da Pastora Ronilze da Silva

Olá **Andréa**

Está autorizado.

Abraços

### APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da investigação intitulada *EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES: um estudo de caso*, de responsabilidade da investigadora Ronilze Santiago Gomes da Silva. O representante institucional da ONG Visão Mundial Brasil em Recife foi informado (a) de forma clara e detalhada sobre os objetivos e a justificativa da pesquisa que busca investigar as práticas formativas de professores na educação não formal, bases teóricas e metodológicas e o dizem os sujeitos participantes. A pesquisa ocorrerá através de questionários on-line modelo Google Docs. O responsável institucional e todos os participantes receberão resposta a qualquer dúvida sobre essa investigação, além de outros assuntos relacionados à pesquisa.

O representante institucional compreendeu os benefícios que serão proporcionados aos estudos na área da educação não formal que está se ampliando como campo da pesquisa acadêmica. O responsável institucional foi informado que receberá todos os esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos dados em qualquer etapa do estudo. Também não haverá nenhuma despesa, ficando as custas por conta do pesquisador.

Concorda com a divulgação dos dados obtidos durante a pesquisa, bem como entende que não será identificado e que se manterá o caráter sigiloso das informações. Também sabe que os dados obtidos serão arquivados e, futuramente, a pesquisa, se possível, publicada para fornecer aos profissionais os dados mensurados. Sabe que terá total liberdade para retirar o seu consentimento e deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem que isso traga prejuízos ou implicações. na sua dignidade e autonomia.

Caso tenha dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considerar prejudicado (a)

na sua dignidade e autonomia, pode entrar em contato com a pesquisadora (Ronilze Santiago Gomes da Silva – Contato (+55 81 99556 - 0001).

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Recife, 25 de junho de 2017.

Andrea Freire

Nome legível do participante ou responsável

Assinatura do participante ou responsável

## APÊNDICE 4 – Declaração de Consentimento Informado



### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Projeto: *EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES: um estudo de caso*

Eu, abaixo-assinado Andrea Freire, responsável pelo(os) participante(s) no projecto *EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES: um estudo de caso*, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação dos educadores(as) do Programa de Área (PDA) – Recife na investigação que se tenciona realizar, bem como do estudo em que serão incluídos. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objectivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Foi-me ainda assegurado que os registos em suporte papel e/ou digital (sonoro e de imagem) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: 26 /06/ 2017

Assinatura do Responsável pelo participante no projeto :Andrea Freire

O Investigador responsável: Ronilze Santiago Gomes da Silva

Nome: Ronilze Santiago Gomes da Silva

Assinatura

## APÊNDICE 5 – Guião Questionário

### Questionário para professores/educadores da VM Recife.

Elaborado por Ronilze Santiago Gomes da Silva  
Mestranda em Docência e Gestão da Educação da Universidade Fernando Pessoa  
email: [pastoralronilze@gmail.com](mailto:pastoralronilze@gmail.com)

\*Obrigatório

1. Endereço de e-mail \*

---

### Questionário sobre formação de professores na educação não formal

---

Educadores do projeto da Visão Mundial

2. 1. Sexo \*

Marcar apenas uma oval.

- Masculino  
 Feminino

3. 2. idade \*

---

4. 3. Estado civil \*

Marcar apenas uma oval.

- solteiro(a)  
 casado(a)  
 União estável  
 Divorciado(a) Separado(a)  
 Viúvo(a)

5. 4. Etnia

Marcar apenas uma oval.

- Branco(a)  
 Pardo(a)  
 Negro(a)  
 Mulato(a)  
 Indígena  
 Amarelo(a)

**6. 5. Formação \***

*Marque todas que se aplicam.*

- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- Especialização
- Outros

**7. 6. Qual o curso? \***

\_\_\_\_\_

**8. 7. ano de conclusão do curso \***

\_\_\_\_\_

**9. 8. Já atuou na educação formal?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

**10. 9. Tem formação específica para educação não formal? \***

*Marque todas que se aplicam.*

- tenho boa formação
- tenho formação insuficiente
- não tenho formação

**11. 10. Tempo na ONG**

\_\_\_\_\_

**12. 11. Em que a educação não formal se distingue da educação formal? \***

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**13. 12. O que pensa sobre formação continuada? \***

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

14. 13. Que autores tem como referência da sua formação e para sua prática pedagógica? \*

---

---

---

---

---

15. 14. Que modelos de práticas formativas você participou na VM? \*

Marque todas que se aplicam.

- palestras
- oficinas de reflexão sobre a prática
- oficinas temáticas
- grupos de estudo
- e-learning
- seminários
- simpósios
- congressos
- Outro: \_\_\_\_\_

16. 15. A boa relação pedagógica entre professores e coordenadores é: \*

Marque todas que se aplicam.

- essencial para um melhor planeamento da formação continuada
- muito importante para um melhor planeamento da formação continuada
- importante para um melhor planeamento da formação continuada
- pouco importante para um melhor planeamento da formação continuada

17. 16. Pensa que a participação dos professores/educadores no planeamento da formação continuada \*

Marque todas que se aplicam.

- influencia o processo formativo para melhor
- prejudica o processo formativo
- não influencia o processo formativo

18. 17. Na sua experiência, a receptividade da parte da coordenação na intervenção dos professores no processo formativo foi: \*

Marque todas que se aplicam.

- excelente
- muito boa
- boa
- regular
- insuficiente

19. 18. A relação pedagógica professor - coordenador no processo formativo de professores(as) trouxe para você

Marque todas que se aplicam.

- experiências significativas
- experiências negativas
- não sei dizer

20. 19. Na sua opinião, a relação pedagógica entre os professores/educadores é: \*

Marque todas que se aplicam.

- muito importante para o alcance dos objetivos educacionais
- pouco importante para o alcance dos objetivos educacionais
- sem nenhuma importância para o alcance dos objetivos educacionais

21. 20. Com que frequência troca ideias sobre problemas e estratégias de trabalho com seus pares? \*

Marque todas que se aplicam.

- diariamente
- semanalmente
- mensalmente
- de vez em quando
- quase nunca

22. 21. O que pensa sobre o trabalho colaborativo entre professores da educação não formal e da educação formal nas atividades educativas? \*

---

---

---

---

---

- Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

**APÊNDICE 6 – Grelha de Respostas às Perguntas Abertas do Questionário**

<b>GRELHA DE RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO</b>				
	<b>Em que a educação não formal se distingue da educação formal?</b>	<b>O que pensa sobre formação continuada?</b>	<b>Que autores tem como referência da sua formação e para sua prática pedagógica?</b>	<b>O que pensa sobre o trabalho colaborativo entre professores da educação não formal e da educação formal nas atividades educativas?</b>
P1	temas voltados mais para as problemáticas da realidade social daquele local.	possuem certa continuidade e leva em consideração as experiências vivenciadas pelos profissionais.	Paulo Freire	Creio ser bastante útil e produtivo. Mas penso que tanto para atuar na educação formal quanto na não formal, é necessário formações específicas, pois o método de abordagem e os temas são um pouco distintos.
P2	A educação não formal trata-se de qualquer tentativa educacional.	Aperfeiçoamento do exercício da profissão.	Paulo Freire, Cecilia Meireles	Uma forma de trocar experiências e conhecimentos.
P3	As práticas pedagógicas e a visão holística sobre o ser humano.	estratégia para estar sempre atualizado e melhorando suas ferramentas pedagógicas.	Paulo Freire Pestalozzi	Penso que é um desafio enorme integrar esses modelos e torna-los uma potência para a educação geral.
P4	Os saberes construídos e adquiridos de um grupo familiar e ou comunidade.	O conhecimento se constrói no dia a dia. Cada dia surge algo novo que precisa ser compartilhado. inovações e construções de outros saberes.	Paulo Freire	Ambos são essenciais na formação da cidadania das crianças, adolescentes e jovens.
P5	Na primeira trabalhar temas transversais, contextualizados à realidade de cada	tem uma periodicidade maior e que vai trazendo elementos vivenciados por aquele grupo, afim de levar a reflexões e melhorias nas práticas pedagógicas.	Paulo Freire	Vejo que os dois lados tem muito a contribuir. Pois o currículo escolar é d grande importância e o/a educador/a pode trazer reflexões e práticas que contribuem tanto para formação do estudante, enquanto criança e adolescente, quanto no maior rendimento escolar.

Educação não formal e formação contínua de professores: um estudo de caso

	local.			
P6	ter outras estratégias para os educandos e entender suas necessidades.	Buscar sempre novas formas para cativar os educandos. Se atualizar das temáticas e tecnologias que surgem.	Paulo Freire	Importante pois uma ação conjunta faz com que o trabalho tenha eficácia. Os alunos só ganham com essa colaboração. A troca de experiências e o compartilhamento dos problemas e dificuldades dos alunos.
P7	Pressupõe ambientes normatizados, com regras, legislações e padrões comportamentos definidos previamente.	Na minha concepção qualquer iniciativa de formação continuada precisa da cooperação, (em configurações de geometria variável) com pessoas, grupos e organizações do entorno que possuem certos tipos de informação e conhecimentos em uma medida inalcançável para escola, educador social e o professorado".	Paulo Freire	Na educação formal espera-se, além da aprendizagem efetiva que, infelizmente nem sempre ocorre, que haja uma certificação com devida titulação que capacita os indivíduos a seguir para graus mais avançados. A educação não formal poderá desenvolver uma série de processos, tais como: consciência e organização de como agir em grupos coletivos. a construção e reconstrução de concepção de mundo e sobre o mundo. contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade. Desenvolve a cultura política do grupo.
P8	É um complemento educacional na vida da criança, através de palestras, atividades lúdicas e brincadeiras baseadas em temas complementares, que não são usadas nas escolas.	É uma ampliação de sua competência, em seu campo de trabalho.	Professor	Essencial para um melhor desenvolvimento da criança
P9	Aprendizado	Buscar conhecimento e adquirir experiência.	Não recorde.	É um reforço de suma importância para trazer a atenção, voltada a sala de aula, e mostrar um futuro melhor.

Educação não formal e formação contínua de professores: um estudo de caso


P10	<p>Não há conteúdos prontos. O tema trabalhado é construído conforme a necessidade das crianças. O professor é facilitador desta construção. Como disse Freire, ensinar não é transferir conhecimentos, mas abrir janelas para o conhecimento.</p>	<p>Deve ser numa perspectiva democrática.</p>	<p>Freire, Libâneo e Gohn</p>	<p>importante</p>
P11	<p>Educação não formal ocorre no cotidiano, nas vivências, mas também nas ações desenvolvidas por organizações do terceiro setor e outras instituições que desenvolvem atividades culturais, esportivas, de formação sociopolítica, entre outras</p>	<p>Compreendo que todos estão em constante formação e, portanto, esse é um processo importante em qualquer área de atuação, eu faço formação contínua até porque a gente treina a gente treina as equipes produz formação para outras pessoas a gente tem sempre que buscar atualização da formação para poder até para replicar e construir material pedagógico que vai direcionar nossa intervenção</p>	<p>Paulo Freire, Pedro Demo na perspectiva de qualidade na educação, Bourdieu quando ele fala da perspectiva do sistema e o que está implícito no sistema de ensino, as teorias que fundamentam as práticas como Piaget, Vigotsky, Luckesi, estas que dão uma base mais didática, mais metodológicas são as referências que eu busco para a minha atualização e também para produzir materiais para as formações.</p>	<p>Nós estamos entrando no ambiente escolar de forma continuada há poucos meses. Todo esse caminho para a nossa prática dentro do ambiente escolar foi necessário essa atuação do coordenador pedagógico junto com os gestores escolares porque se não houvesse esse diálogo a nossa prática dentro do ambiente escolar não seria possível sem esse alinhamento entre as gestões, essa organização também de calendário, porque não é fácil entrar no ambiente escolar para poder levar atividades extracurriculares. Tanto o educador formal quanto o não formal, eles precisam de um alinhamento pra que a ação da educação não formal ela chegue dentro da escola, esse educador formal também precisa dar abertura, senão a gente não consegue realizar as nossa temáticas e não vai ser bom para as crianças, elas vão sentir um certo desconforto, então é necessário que eles estejam alinhados e a gente tem visto realmente que é tão necessário quando eles pedem... quando a gente passa um tempinho sem ir até a escola os próprios educadores/professores já entram em contato pra que a gente retome e leve o novo tema, leve algum projeto especial que a gente trabalha muito com atividades mais</p>

				lúdicas como oficinas, circo nas escola, apresentações musicais , então tudo isso é algo que acrescenta no trabalho
P12	A educação formal é a que é ministrada no sistema de ensino tradicional como escola e universidades e a educação não formal e a que ocorre fora do sistema educacional tradicional e se baseia basicamente no interesse e necessidade dos formandos.	Procurar se capacitar e atualizar através diversos meios de formação contínua nos temas e conteúdo de trabalho		E essencial para o alcance dos objetivos e resultados que se propõe
P13	A educação formal trabalha para atender as diretrizes curriculares nacionais, numa estrutura de organização hierárquica. A não formal trabalha com temas extracurriculares de caráter complementar à educação formal.	A busca de conhecimentos em todo tempo de atuação na área profissional, no meu caso, na área pedagógica para o fortalecimento da formação em si. Pode ser de iniciativa própria ou ofertada pela instituição em que se trabalha.	Piaget, Sanderson, Luciana Casas, Costa, Souza	Nós estamos entrando no ambiente escolar de forma continuada há poucos meses. Todo esse caminho para a nossa prática dentro do ambiente escolar foi necessário essa atuação do coordenador pedagógico junto com os gestores escolares porque se não houvesse esse diálogo a nossa prática dentro do ambiente escolar não seria possível sem esse alinhamento entre as gestões, essa organização também de calendário, porque não é fácil entrar no ambiente escolar para poder levar atividades extracurriculares. Tanto o educador formal quanto o não formal, eles precisam de um alinhamento pra que a ação da educação não formal ela chegue dentro da escola, esse educador formal também precisa dar abertura, senão a gente não consegue realizar as nossa temáticas e não vai ser bom para as crianças, elas vão sentir um certo desconforto, então é necessário que eles estejam alinhados e a gente tem visto realmente que é tão necessário quando eles pedem... quando a gente passa um tempinho sem ir até a escola os próprios educadores/professores já entram em contato pra que a gente retome e leve o novo tema, leve algum projeto

Educação não formal e formação contínua de professores: um estudo de caso

				especial que a gente trabalha muito com atividades mais lúdicas como oficinas, circo nas escola, apresentações musicais , então tudo isso é algo que acrescenta no trabalho
P14	Educação formal precisa de pessoas e estruturas específicas, enquanto a não formal acontece sem estrutura alguma e através das trocas que existe entre a pessoas, podendo elas serem inclusive sem formação ou até mesmo analfabeta.	Não tenho	Não tenho formação nesta área	Deve ter uma importância

## ANEXO 1 – Carta de Apresentação Aluna de Mestrado



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
Praça 9 de Abril 349, 4249-004 Porto, Portugal

Porto – Portugal, 28 de julho de 2015

### Carta de Apresentação Aluna de Mestrado

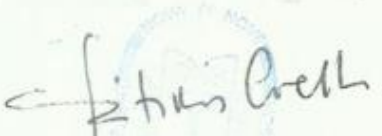
Assunto: Pesquisa para a Dissertação de Mestrado na área de Educação

Apresento a Sra. **RONILZE SANTIAGO GOMES DA SILVA**, aluna do curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação, matrícula nº 33185/2015, desta Instituição de Ensino - Universidade Fernando Pessoa, na cidade do Porto, em Portugal.

informo que a referida aluna está em processo investigatório bibliográfico e de campo, para a formulação do tema de pesquisa e, conseqüentemente, formulação da sua dissertação de Mestrado na área de Docência e Gestão da Educação.

Portanto, diante do exposto, solicito por meio desta carta a possibilidade desse respeitado Instituto ou Escola receber a aluna supracitada e apoiá-la, no que for possível, para que a mesma possa desenvolver uma ou mais metodologias de pesquisa previstas para esse tipo de trabalho, dentre elas: observação, entrevistas, questionários e registros.

Atenciosamente



Prof. Doutora Fátima Coelho  
Coordenadora do Mestrado em Docência e Gestão da Educação